

**6 ANOS DEPOIS**

# JUSTIÇA POR MARIELLE E ANDERSON



**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 26 de Março de 2024 Nº 134

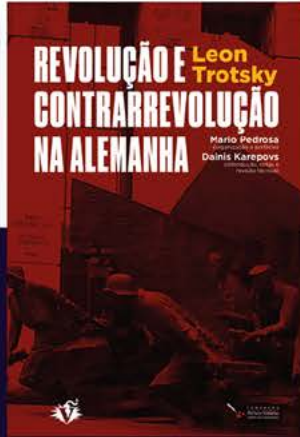
**Máfia no Rio: PF aponta quem mandou matar Marielle**

**Ex-chefe da Polícia Civil do Rio era cúmplice**

**Caso Marielle só foi solucionado porque Lula assumiu o poder, afirma Marcelo Freixo**

**Lewandowski: novos detalhes podem surgir**

# CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



## 27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Fundação Perseu Abramo | Formação | Publicações | Memória | Teoria e Debate | Acervo Social | Observa BR

POLÍTICA | ECONOMIA | CULTURA | MEIO AMBIENTE | PÚBLICO | INTERNACIONAL | SOCIAL | PERIFÉRIAS | PODCAST | VÍDEOS | ÁGENDA

### formação FPA

CLIQUE AQUI E ACESSA NOSSOS CURSOS

- CASB Lançamento do Documento Inicial do Grupo de Trabalho Técnico do PT: AS CLASSES TRABALHADORAS BASE DOCUMENTADA EM TUBERNOUSO, SP
- FORMAÇÃO SOCIAL Lançamento de ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTRODUÇÃO, HISTÓRIA E EXPERIÊNCIA BRASILEIRA
- 9 SÃO PAULO DE SÃO PAULO Lançamento de VIVO DE JANEIRO: 1964-1968

LANÇAMENTOS

Cultura política no Brasil é tema de relatório

Economia para a transformação social terá lançamento em SP

LANÇAMENTO DO PAINEL DE DADOS DAS PERIFÉRIAS

Wladimir Pomar presente, agora e sempre!

Painel reúne conjunto de pesquisas realizadas pelo projeto Reconexão Periferias

### Publicações

Revista Reconexão Periferias - maio 2023

VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Conteúdo recente

- HOMENAGEM Wladimir Pomar presente, agora e sempre! Valter Pomar
- HOMENAGEM Wladimir Pomar: perdemos um valeroso militante da esquerda brasileira Diretor Executivo da FPA
- POLÍTICA CASB divulga nomes do conselho
- LANÇAMENTOS Revolução e Contrarrevolução na Alemanha
- INTERNACIONAL Janela Internacional: os 50 anos do golpe no Chile
- PERIFÉRIAS Painel de Dados das periferias desenha desigualdades em gráficos e mapas
- POLÍTICA Presidente Lula sanciona três leis para proteger a vida das brasileiras Agência PT de notícias
- PERIFÉRIAS Reconexão reúne conselho, coletivos, ministérios e chega ao presidente Lula da reeleição

Leia mais

■ ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!



www.fpabramo.org.br



@fpabramo



Fundação Perseu Abramo



@fpabramo



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# O RENASCIMENTO DE MARX

ORGANIZADO POR MARCELLO MUSTO

adquira seu exemplar em: [autonomialiteraria.com.br](http://autonomialiteraria.com.br)



focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Edição: Guto Alves

Diagramação: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Isaías Dalle



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

## CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

**CONTRIBUA COM A REVISTA**  
**REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

**SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!**

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

REVISTA  
RECONEXÃO  
PERIFERIAS



Micla Ninja

# PF APONTA QUEM MANDOU MATAR MARIELLE

A entrada da PF no caso Marielle ocorreu em fevereiro do ano passado, por decisão do então ministro da Justiça, Flávio Dino. Segundo Lewandowski, sucessor de Dino na pasta, até que surjam novos elementos, o assassinato da vereadora e do motorista Anderson Gomes, fuzilados dentro do carro enquanto voltavam de uma atividade de trabalho, foi finalmente desvendado e encerrado.

Página 06

**SANGUE FRIO** Chefe da Polícia Civil era cúmplice  
Página 10

**COLETIVA** Ministro Lewandowski falou ao país no domingo  
Página 13

**FREIXO** Ex-deputado destaca esforço do governo Lula no caso  
Página 14

**ANTI-VAX:** desinformação mira o sistema público de saúde  
Página 15

**NO ESCURO** São Paulo vive "crônica de um apagão anunciado"  
Página 19

**FEMINICÍDIO** Ministério das Mulheres lança Plano de prevenção  
Página 22

**ENTREVISTA** Pedro Tourinho foi vereador e quer ser prefeito de Campinas  
Página 24

**NÃO DEU** TJSP proíbe homenagem a Michelle

**Bolsonaro no Theatro Municipal**  
Página 29

**EM FAMÍLIA** Jair Renan é denunciado por lavagem de dinheiro  
Página 30

**ECONOMIA** Primeiro ano registra menor taxa de desemprego  
Página 33

**EUA** James Green estreia espaço de análise das eleições americanas  
Página 37



# O CRIME ORGANIZADO E A CORROSÃO DA INSTITUCIONALIDADE

**Alberto Cantalice**

O crime no Brasil adquiriu capilaridade e capacidade capazes de alavancar recursos ilícitos vultuosos, que corrompem grande parte da institucionalidade. Beira a uma “mexicanização” ou “colombialização” - como queiram. As máfias italianas e norte-americanas não chegaram a tanto.

O epicentro dessa promiscuidade entre instituições e crime é sem sombras de dúvidas o Rio de Janeiro. Foi do Rio de Janeiro que partiu a organização do narcotráfico, com a criação do Comando Vermelho, de cujo exemplo nasceu o Primeiro Comando da Capital, o PCC, que domina cadeias e a dinâmica criminosa no principal estado da federação: São Paulo.

Essas duas organizações espalharam-se pela maioria dos es-

tados brasileiros e hoje unificam ações criminosas organizadas. As sangrentas disputas por território promovem um morticínio generalizado, que, sem a devida investigação e elucidação, se redundam em mais crimes.

A esse corolário criminoso se agregam as milícias: também um produto carioca que ganhou ares nacionais pelo mau exemplo. No centro das ações criminosas praticadas por bandidos e por agentes públicos em conluio criminoso, está a seiva que os alimenta: o dinheiro.

Por isso dizia o então ministro da Justiça Flávio Dino, hoje no STF, repetido pelo ministro Lewandowski, seu sucessor na pasta: “É preciso quebrar os dutos de financiamento do crime organizado”. E é o que vem sendo feito, efetivamente, pelo governo federal.

Mais do que os crimes do cotidiano que infernizam a população e devem ser exemplarmente

combatidos - furto e o roubo, o feminicídio, os estupros, a pedofilia, o latrocínio, entre outros, são índices que em se vê redução com o policiamento de proximidade, ostensivo, com participação da polícia investigativa, é preciso centralizar o debate do crime organizado, que não se resolve dessa maneira. Esse precisa de uma ação permanente e efetiva das polícias, dos Ministérios Públicos e do judiciário em interação contínua.

Cabe destacar que a GLO localizada em portos, aeroportos e fronteiras tem combatido o tráfico e o contrabando eficazmente. Prova de que a integração é alvissareira.

A provável elucidação do assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson, ocorrido seis anos atrás, é uma vitória da cidadania brasileira. Pode e deve ser o embrião da luta sem trégua contra as organizações do crime organizado no Brasil.



# PF APONTA QUEM MANDOU MATAR MARIELLE

Durante seis anos, milhões de brasileiras e brasileiros se fizeram - e gritaram - a pergunta: quem mandou matar Marielle Franco? Foram 2.200 dias sem respostas desde o dia em que a vereadora sofreu um atentado político e foi assassinada no Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018 - no crime, também morreu o motorista que a acompanhava, Anderson Gomes. Agora, revelações da PF apontam o caminho da Justiça e apertam o cerco aos mandantes e envolvidos no crime

No último domingo, 24, foram presos os irmãos Domingos Brazão e Chiquinho Brazão, apontados como mandantes do atentado que assassinou a vereadora Marielle Franco no dia 14 de março de 2018. Um dos responsáveis pela investigação do caso, o delegado Rivaldo Barbosa também foi preso, suspeito de ajudar a planejar o crime e de atrapalhar as investigações.

Os três foram alvos de mandados de prisão preventiva expedidos pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A Operação Murder, Inc. foi deflagrada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e pela Polícia Federal (PF). A investigação do caso estava a cargo da PF desde fevereiro do ano passado.

O ministro Alexandre de Moraes levantou o sigilo da investigação. O relatório da PF mencionado por ele na ordem de prisão dos suspeitos aponta que o assassinato de Marielle foi pla-

nejado meticulosamente pelo delegado Rivaldo Barbosa, que era chefe da Polícia Civil do RJ na época, e idealizado pelos irmãos Brazão.

As prisões ocorreram após a homologação da delação de Ronnie Lessa, ex-policia militar que está preso e é acusado de executar o crime. Os mandantes, segundo o ex-PM, integram um grupo político poderoso no Rio com vários interesses em diversos setores do Estado. O ex-PM deu detalhes de encontros com eles e indícios sobre as motivações.

As informações reveladas pela investigação da Polícia Federal divulgadas no já histórico domingo, 24 de março, dão a dimensão do problema político, judiciário, econômico e social da segurança pública no Rio de Janeiro. Onde teorias e suspeitas reinavam, hoje não resta dúvidas de que forças de segurança do estado do Rio de Janeiro estão corrompidas pelo comando do crime organizado.

Domingos Brazão é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ); Chiquinho Brazão é deputado federal pelo União

Brasil; Rivaldo era chefe da Polícia Civil à época do atentado e hoje é coordenador de Comunicações e Operações Policiais da instituição. Além das três prisões neste domingo, foram expedidos 12 mandados de busca e apreensão na sede da Polícia Civil do Rio e no Tribunal de Contas do Estado.

## Milicianos se infiltraram no PSOL, aponta PF

Em um relatório entregue ao ministro Alexandre de Moraes, a Polícia Federal concluiu que a morte de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes foi idealizada pelos irmãos Chiquinho Brazão e Domingos Brazão, mas foi "meticulosamente planejada" por Rivaldo Barbosa, que tomou posse como chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro um dia antes do assassinato, pelo então ministro Braga Netto, durante a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

"Assim, se verifica claramente que o crime foi idealizado pelos dois irmãos e meticulosamente planejado por Rivaldo. E aqui se justifica a qualificação de Rivaldo



### SEM ESCRÚPULOS

- Domingos Brazão, seu irmão Chiquinho Brazão e Rivaldo Barbosa. Os três foram presos por forte envolvimento com o assassinato de Marielle Franco

Reprodução

como autor do delito, uma vez que, apesar de não ter o idealizado, ele foi o responsável por ter o controle do domínio final do fato ao ter total ingerência sobre as mazelas inerentes à marcha da execução, sobretudo, com a imposição de condições e exigências”, concluiu a PF.

Durante o planejamento do crime, um homem foi infiltrado como filiado ao PSOL para apurar todas as atividades que envolvessem a então vereadora. A Polícia Federal aponta que o chefe da Polícia Civil pediu para que o homicídio não ocorresse na Câmara dos Vereadores.

Já após as mortes, cerca de 12 horas depois, Rivaldo Barbosa nomeou Giniton Lages como delegado titular da delegacia de homicídios na capital. Essa foi a chave para “operacionalizar a garantia da impunidade dos autores do crime”.

## Alívio e surpresa para a família

Em nota, Marinete, mãe da ex-vereadora, a ministra Anielle Franco, irmã, Antônio Neto, pai, e a filha dela, Luyara, ressaltam a importância dos avanços no caso, o que classificam como um “dia histórico para a democracia brasileira”. Mas ressaltam que “até o momento ninguém foi efetivamente responsabilizado por esse crime, entre os apontados como executores e mandantes”.

“É importante não perdermos de vista que até o momento ninguém foi efetivamente responsabilizado por esse crime, entre os apontados como executores e mandantes. Todas as prisões são preventivas e ainda há muita coisa a ser investigada e elucidada, principalmente sobre o esclarecimento das motivações de um crime tão cruel como esse. Mas, os esforços coordenados das autoridades são uma centelha de



**FAMÍLIA** - Os pais de Marielle Franco, Marinete e Antônio Francisco



A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco

esperança para nós familiares”, diz a nota.

Em vídeo divulgado pela família, ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, também criticou as obstruções feitas por membros do poder público à resolução do caso. “As pessoas que deveriam estar à frente

da proteção da população, que deveriam estar ali pensando na melhoria de vida da população estavam acobertando um crime como esse”, disse.

Nas redes sociais, Anielle também compartilhou o texto, assinado pelos familiares da ex-vereadora. “Neste dia de dor e



esperança, nossa família segue lutando por justiça. Nada trará nossa Mari de volta, mas estamos a um passo mais perto das respostas que tanto almejamos”, publicou.

“É uma mistura de raiva com a certeza da impunidade, com esperança de que a gente possa percorrer esse outro longo caminho. Estou um pouco em choque porque é quem deveria estar protegendo”, disse Anielle. A ministra também disse que recebeu um telefonema do presidente Lula e da primeira-dama, Janja, no início da manhã.

## 6 anos de espera, 5 anos de injustiça

As investigações avançaram no ano de 2023 não por mero acaso. A federalização do caso Marielle Franco, que já enfrentava quase cinco anos sem respostas quando o presidente Lula tomou posse, foi essencial para a elucidação do caso, e confirmou o receio de que o caso estivesse passando por obstruções na investigação conduzida no Rio de Janeiro.

Durante a posse de Lula, o então indicado a ministro da Justiça Flávio Dino - hoje ministro do STF - foi apresentado por Anielle Franco, a Marinete Silva, mãe de Marielle Franco e Anielle. No dia seguinte, 2 de janeiro, já empossado ministro, Dino determinou - e discursou - que, entre as prioridades do Ministério da Justiça sob seu comando, estava a resolução do assassinato da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes.

A detenção de dois proeminentes políticos do Rio de Janeiro, acusados de serem os mandantes do assassinato da vereadora, oferece uma oportunidade para expor como essa rede funciona. Essa ação foi viabilizada devido à colaboração de

Reprodução



Fabio Rodrigues / Agência Brasil



Ronnie Lessa, com a cooperação da Polícia Federal, Ministério Público do Rio e, recentemente, um procurador federal designado por Paulo Gonet.

O caso, emblemático, pode ser lido como uma resposta do terceiro governo de Lula ao “consenso” extremista de que a esquerda, em especial o Partido

dos Trabalhadores, não tem desenvolvido um projeto de política pública para a segurança pública. A solução da pergunta que não calava há mais de meia década sobre o assassinato de Marielle Franco, um atentado político, é uma vitória democrática de uma política de segurança e Justiça sólida. •



Tania Régio/Ag. Brasil

**RIVALDO BARBOSA**, ex-chefe da Polícia Civil responsável pela investigação do assassinato de Marielle, encontra-se com familiares e o então deputado Marcelo Freixo em 2018

# ENVOLVIDO NO CRIME, EX-CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DO RIO CONSOLOU FAMÍLIA DE MARIELLE E PROMETEU SOLUÇÃO

A posse de Rivaldo como chefe da Polícia Civil se deu um dia antes do assassinato durante a intervenção federal chefiada pelo general Braga Netto, Marielle e Anderson. Em 479 páginas do relatório da PF, Rivaldo é citado 272 vezes



Fernando Frazão / Agência Brasil

**R**ivaldo Barbosa, por enquanto, aparece no topo da cadeia criminosa que executou a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes. Junto com os irmãos Brazão, surge como um dos mentores intelectuais do assassinato e dos crimes que o sucederam - ocultação de provas, obstrução da Justiça e, o mais cruel, tratar a família e amigos de Marielle com deboche e fingimento.

Há, no entanto, um ponto que ainda pede esclarecimento: Rivaldo Barbosa tomou posse como chefe da Polícia Civil no dia 13 de março de 2018, apenas um dia antes da execução de Marielle e Anderson. A nomeação de Rivaldo fora publicada no Diário Oficial do Estado no dia 8 de março daquele ano, por ato do então interventor federal, o general Walter Souza Braga Netto.

Segundo as investigações da

Polícia Federal, reveladas no último domingo, Rivaldo e os demais mentores do crime já haviam combinado o crime antes de sua posse. Andares acima, alguém mais teria tido conhecimento do que se tramava?

"É claro que podem surgir novos elementos que levarão eventualmente a um relatório complementar da Polícia Federal. Mas, neste momento, os trabalhos foram dados como encerrados", afirmou à imprensa o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, em entrevista coletiva realizada na tarde de domingo.

Braga Netto afirmou que, embora tenha assinado a nomeação de Rivaldo, a escolha do ex-delegado coube a outro general, Richard Fernandez Nunes, então secretário estadual de Segurança Pública. Nunes, atualmente, é chefe do departamento de Educação e Cultura do Exército. À época da intervenção federal no

Estado, Nunes foi promovido a secretário estadual pelo próprio Braga Netto.

Segundo a Polícia Federal, à época da nomeação de Rivaldo, já havia indícios de que o policial cometera crimes ao acobertar a atuação de milícias em disputas territoriais, e que a Polícia Civil do Rio havia sido informada a respeito.

As revelações em torno de Rivaldo chocaram a família de Marielle. A mãe, Marinete, afirmou que sua filha confiava no delegado. Marcelo Freixo, de quem Marielle foi assessora, afirmou que a partir de agora fica evidente que o policial tratou o caso com "deboche", ao receber familiares e autoridades interessadas na elucidação do caso como se ele mesmo, Rivaldo, estivesse comovido com o crime.

"Rivaldo é uma pessoa que a Mari confiava, que falava para minha mãe: 'eu vou resolver, é uma questão de honra resolver esse



crime”, afirmou a irmã de Marielle, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

## Envolvimento de delegado surpreende Mônica Benício

Mônica Benício, viúva da parlamentar, afirmou que os atos de Rivaldo configuram traição, não só à família, mas à democracia. “Se por um lado, o nome da família Brazão não surpreende tanto, o nome de Rivaldo Barbosa foi, para nós, uma grande surpresa”, contou Benício, que hoje também ocupa uma cadeira como vereadora na Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo PSOL.

“Saber que o homem que nos abraçou, prestou solidariedade e sorriu, dizendo que esse caso seria uma prioridade, tem envolvimento nesse mando, para nós, é entender que a Polícia Civil não foi só negligente. Não foi só por uma ‘falha’ que chegamos a seis anos de dor, mas em especial por ter sido conivente todo esse tempo”, disse Monica, na sede da Su-

perintendência da Polícia Federal (PF) no Rio.

Comovida, a vereadora disse que o delegado foi a primeira autoridade a receber a família, no dia seguinte ao assassinato. Barbosa teria dito, na ocasião, que a solução do caso seria uma prioridade da Polícia Civil. “Chegamos a seis anos de dor, mas procurando força e seguir de pé procurando justiça”, completou. A viúva do motorista Anderson Gomes, Agatha Arnaus, também se pronunciou: “Foi um tapa na cara, dado por quem se dizia amigo da Marielle”.

Outra autoridade policial envolvida diretamente no crime é o ex-delegado da divisão de homicídios do Rio, Ginton Lages. Este chegou ao requinte de publicar um livro, supostamente sobre os bastidores da investigação, como quem estivesse interessado na resolução do crime. Ele foi afastado das investigações em 2022.

A PF também aponta que os militares encarregados da intervenção federal no Rio, decreta-

da pelo então presidente Michel Temer, tiveram atuação “passiva”, com “falta de traquejo para manejar as vicissitudes do jogo de poder fluminense”. Ao citar especificamente a nomeação de Rivaldo, o relatório diz que a inépcia dos militares, especificamente de Nunes, não é sinônimo de falta de ingerência: “a manutenção da nomeação de RIVALDO mesmo após a contraíndicação da Subsecretaria de Inteligência, são fatores indiciários do contrário”.

Quando o assassinato começou a ser planejado, com conhecimento e participação de Rivaldo Barbosa, ele era o diretor da Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Rio. O relatório da PF o envolve ainda em lavagem de dinheiro e de ter sido o responsável pela nomeação de Ginton para sucedê-lo na Homicídios, em uma operação casada, já com vistas a barrar a investigação em torno do assassinato de Marielle. Em 479 páginas do relatório da PF, Rivaldo é citado 272 vezes.



# JUSTIÇA

## LEWANDOWSKI: CRIME FOI ESCLARECIDO, MAS "NOVOS ELEMENTOS" PODEM SURGIR

Ministro da Justiça concedeu entrevista para falar sobre caso Marielle

Agência Brasil - Brasília

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou em coletiva, neste domingo (24), que as investigações da Polícia Federal (PF) levaram ao esclarecimento dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido há pouco mais de seis anos, em março de 2018, no centro do Rio de Janeiro.

"Este momento é extremamente significativo, é uma vitória do Estado brasileiro, das forças de segurança com relação ao

combate ao crime organizado. E aqui é preciso ressaltar o grande e relevante papel da Polícia Federal", destacou o ministro.

A entrada da PF no caso Marielle ocorreu em fevereiro do ano passado, por decisão do então ministro da Justiça, Flávio Dino. Segundo Lewandowski, até que surjam novos elementos, o assassinato de Marielle e de Anderson, fuzilados dentro do carro enquanto voltavam de uma atividade de trabalho, foi finalmente desvendado e encerrado.

"Temos bem claro os executores deste crime odioso, hediondo, por ser de natureza claramente política. A polícia, em suas investigações, identificou os

mandantes e os demais envolvidos nessa questão. É claro que poderão surgir novos elementos, que levarão a um relatório complementar da Polícia Federal, mas, neste momento, os trabalhos foram dados como encerrados", afirmou.

Os três suspeitos presos, de forma preventiva (sem prazo), estão nesse momento em deslocamento do Rio de Janeiro para Brasília, em avião da Polícia Federal, e devem chegar à capital federal por volta das 16h30. Em seguida, serão levados para a Penitenciária Federal de Brasília, onde ficarão à disposição da Justiça. Agora, caberá ao Ministério Público Federal (MPF) oferecer

denúncia para que eles se tornem réus.

A prisão dos suspeitos ocorre menos de uma semana depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) homologar o acordo de delação premiada do ex-policial militar Ronnie Lessa, executor dos assassinatos. Por envolver político com foro privilegiado, como é o caso do deputado federal Chiquinho Brazão, o caso passou a ser conduzido na Corte pelo ministro Alexandre de Moraes. Foi de Moraes a decisão de expedir os mandados de prisão, bem como de medidas cautelares contra outros envolvidos.

Além dos três presos, a PF executou mandados de busca e apreensão de documentos, passaportes e aparelhos eletrônicos de Érika Andrade, esposa do delegado Rivaldo Barbosa; de Ginton Lages, delegado de Polícia Civil e ex-chefe Departamento de Homicídios do Rio de Janeiro; Marco Antônio Barros Pinto, comissário da Polícia Civil; e Roberto Calixto Fonseca, assessor do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. Também houve sequestro de bens e valores, e bloqueio de contas dos envolvidos, proibição de contato com outros investigados e uso de tornozeleira eletrônica.

"De fato, a nossa conclusão é essa. Esses são os mandantes do crime. Nesse momento, a PF encerra essa fase da investigação, apontando não só os mandantes, mas também apontando os executores e os intermediários que, de alguma maneira, tenham relação com o crime. Isso não invalida que eventuais outras ações sejam adotadas, a partir, inclusive, dessa etapa das apreensões e análise de materiais que vai ser feita e encaminhada ao Poder Judiciário", afirmou o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, durante a coletiva.

Najara Araújo / Câmara dos Deputados



## FREIXO: "CASO MARIELLE SÓ FOI RESOLVIDO PORQUE LULA ASSUMIU PODER E MUDOU PF"

Em entrevista ao UOL News nesta segunda-feira (25), o presidente da Embratur Marcelo Freixo afirmou que a vitória eleitoral do presidente Lula e a mudança que seu governo promoveu na Polícia Federal foram cruciais para a solução do caso Marielle.

"O crime da Marielle só foi solucionado porque o Lula assumiu o poder e mudou a Polícia Federal. Se não fosse isso, não teria resolvido o caso Marielle. Ponto" declarou o petista.

Freixo foi adiante e disse que a eleição e a mudança das instituições não são um mero detalhe, mas uma política de segurança comprometida".

É o que Lula tem feito, na avaliação de Freixo. "Com erros e acertos, com concessões ou não, tem que se ganhar a eleição para mudar o destino das pessoas. Se o Andrei [Rodrigues] não tivesse assumido a PF, o caso Marielle não teria sido resolvido. Ontem seria um domingo de chuva normal no Rio de Janeiro.", continuou.

Para Freixo, no Rio não há solução que não passe por uma espécie de refundação da política de segurança pública. "O Rio de Janeiro tem que ser um pacto civilizatório contra o crime. É um Estado dominado e leiloado para

o crime. Se for para chamar representantes do crime para estar dentro do projeto do governo, não dá, vai acabar sob o crime", analisa o político e professor.

Vale lembrar, a solução do caso Marielle foi promessa do então ministro da Justiça Flavio Dino, que adotou a federalização do caso e prometeu à família de Marielle Franco, em especial sua mãe Marinete Silva, uma solução para as investigações. Diante dos fatos revelados, mostra-se acertada a decisão de Dino, uma vez que ficou evidenciada a corrupção na Polícia Civil do Rio de Janeiro, que obstruiu as investigações no Estado.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, Freixo diz que a prisão de Rivaldo explica "porque ficamos seis anos sem saber quem mandou matar Marielle". "É importante que a gente saiba que a Delegacia de Homicídios, durante esse tempo da Marielle, foi o verdadeiro escritório do crime", disse o ex-deputado.



# RISCO ANTI-VAX: REDE DE DESINFORMAÇÃO MIRA O SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE

O escândalo das fraudes em cartões e registros oficiais de vacinação de Bolsonaro deve colocar autoridades sanitárias em alerta: movimento antivacina é um risco à saúde pública

Isaías Dalle

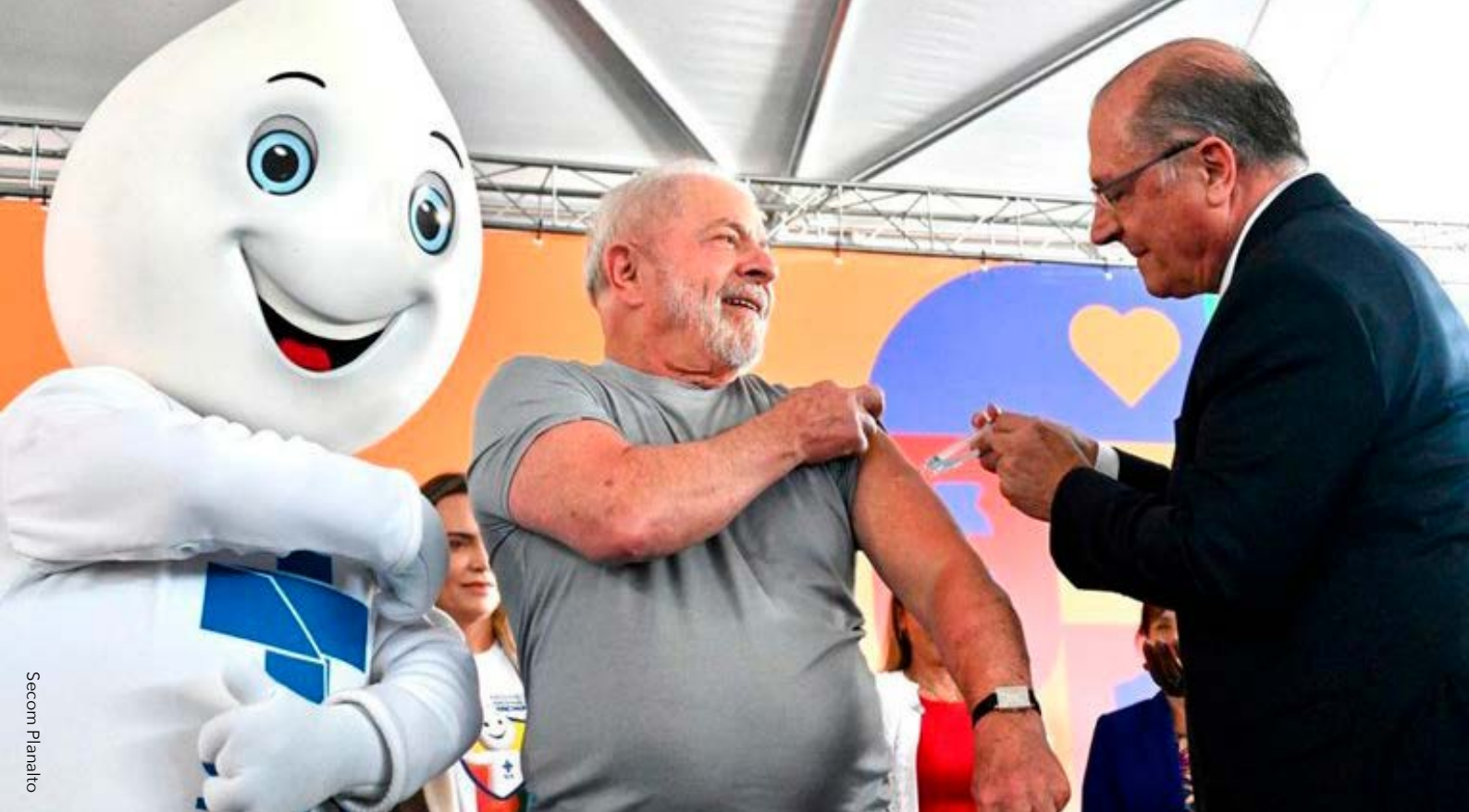
**S**e Jair Bolsonaro (PL) vai virar jacaré, só o tempo dirá. O que já se sabe é que a campanha antivacina na qual se empenhou como presidente da República e líder político pregou-lhe uma peça. No dia 19/3, o ex-presidente e outras 16 pessoas foram indiciadas pela Polícia Federal (PF) por fraude em cartão de vacinação para covid-19. Em janeiro, a Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou que o registro de vacina de Bolsonaro contra a covid-19 é falso.

O Cartão Nacional de Vacinação de Bolsonaro continha três registros de vacinação. A imunização que supostamente ocorreu em São Paulo e que foi considerada falsa pela CGU, assim como dois registros adicionais no Rio de Janeiro. No entanto, os dois últimos registros foram cancelados por autoridades municipais antes que qualquer investigação pela Controladoria pudesse ser conduzida.

Os registros no Rio de Janeiro resultaram na detenção de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Cid assinou um acordo de delação premiada durante o período de sua prisão. Dentre

os indiciados estão o delator e nomes próximos ao ex-presidente ou à prefeitura de Duque de Caxias, onde foram encontrados registros falsos, como Gabriela Santiago Cid, esposa de Mauro Cid; Gutemberg Reis de Oliveira, deputado federal (MDB-RJ); Marcelo Costa Câmara, assessor especial de Bolsonaro e João Carlos de Sousa Brecha, então secretário de Governo de Duque de Caxias.

Se condenados, as penas podem variar de dois a 12 anos de prisão, por fraude em sistemas públicos de informações, e de um a três anos por associação criminosa, já que ele se serviu



Secom Planalto

de ação conjunta para enganar o sistema de saúde, com participação, inclusive, de funcionários públicos.

### O estrago da desinformação

Essas penas não dão conta do estrago que campanhas antivacina têm feito no país e no mundo ao longo dos últimos anos. O bolsonarismo é apenas um dos artífices dessa onda de desinformação, muito motivado pelos dividendos eleitorais que prometia.

No entanto, para além das eleições, o principal efeito negativo da desinformação, ainda não punível, é disseminar dúvidas e medo em relação ao conceito de saúde pública, em benefício da ideia de que soluções individuais seriam melhores e mais confiáveis.

Considerado o consenso de que as fake news e a desinformação a partir dos meios digitais são uma indústria movida a lucro, enxerga-se aí a tal mão invisível do mercado.

# LABORATÓRIO DA UFRJ IDENTIFICA SAÚDE COMO PRINCIPAL ALVO DE DESINFORMAÇÃO

**N**o Brasil, poucas coisas simbolizam a saúde pública como a vacinação. Durante as campanhas de imunização, ricos e pobres dirigem-se às Unidades Básicas de Saúde, as UBS, ou outros equipamentos públicos para receber suas doses. Atacar a vacinação é, portanto, minar a confiança da população no próprio Sistema Único de Saúde (SUS).

“Não importa se as pessoas vão acreditar, por exemplo, que tomar vacina vai fazer que elas virem jacaré. O que importa é o rumor, muito forte, que desin-

formações como essa causam”, argumenta Rose Marie Santini, professora da Escola de Comunicação da UFRJ, onde também coordena o NetLab, laboratório de investigação e monitoramento das redes e de desinformação digital.

Os grandes fundos de investimentos, que são acionistas de empresas de tecnologia, de planos de saúde e de redes de laboratórios, entre outros negócios, acompanham tudo com olhos ávidos.

“No Brasil, a produção de desinformação sobre saúde é maior do que sobre qualquer outro



setor”, diz a professora, lastreada no monitoramento das redes sociais que o NetLab faz. “A saúde é a área mais difícil de ser atacada, porque é baseada em evidências, mas é a que mais sofre. Querem acabar com a ideia de saúde coletiva”, reforça. “As pessoas são bombardeadas por informações desencontradas, falsas, duvidosas, ao ponto de se perguntarem: ‘será que é verdade?’”.

Esses ataques se intensificaram a partir da pandemia de covid-19, mas são mais antigos. Segundo relatório do NetLab, entre 1981 e 2020, a discussão sobre desinformação na saúde focava sobretudo nas epidemias de febre amarela e zika e em tabus em torno da Aids e consumo de carne suína. Os estudos acadêmicos sobre desinformação abordavam teorias conspiratórias sobre a origem das doenças e notícias falsas sobre tratamentos alternativos.

## Contágio geral

Desde a ascensão da extrema-direita internacional e, depois, a chegada da Covid-19, o foco e a intensidade dos ataques mudaram. Levantamento do NetLab, a partir do Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), mostra que a produção de artigos acadêmicos sobre desinformação cresceu exponencialmente, e 77% dela estão voltados a fake news, tratamento precoce e infodemia, nome dado a um grande fluxo de informações originado de evento específico.

Segundo Rose Marie, no Brasil há um marco importante nesse fenômeno: as eleições 2016, quando o tema saúde pública se revelou um forte nicho para desestabilizar candidaturas. Mas, em 2020, a indústria da desinfor-

Reprodução



Rose Marie Santini, pesquisadora do NetLab UFRJ

Reprodução



**EPICENTRO** - Movimento conspiracionista antiavacina ainda é muito forte em países como os Estados Unidos

mação experimentou mutação significativa.

“Enquanto até 2018 e 2019 as informações eram totalmente falsas e publicadas por veículos não profissionais, a desinformação pós-pandemia é caracterizada por informações distorcidas, com títulos sensacionalistas pro-

duzidos por veículos profissionais”, destaca a pesquisadora. O contágio foi quase geral.

Não se trata, portanto, de pura maluquice. Trata-se de um negócio que usa milhões de incautos para compartilhar desinformação, produzir dúvidas e minar os sentimentos positivos que as

peças possam ter em relação ao sistema público de saúde. Em suma, no caso do Brasil, o SUS.

José Cruz/Agência Brasil

## Tem remédio?

Produzir contrainformação nas redes sociais e plataformas digitais não têm se revelado o mais eficaz dos remédios contra fake news. Aliás, esse esforço de guerra é bom para as plataformas, porque, a cada post, sobe o número de visualizações, likes e compartilhamentos, o que gera mais lucro.

Por vezes, o dinheiro público acaba alimentando essa indústria lucrativa. “O dinheiro que financia o fundo partidário e o fundo eleitoral é usado por candidaturas e partidos para atacar a própria coisa pública, em conteúdos contra a saúde, por exemplo”, argumenta Rose Marie.

Uma hipótese de resistência proposta pelo NetLab é o bom e velho recurso do corpo-a-corpo, ao menos no setor saúde. Em alguns casos, o melhor modo de desestabilizar a desinformação é não a desafiar diretamente, e sim apostar em alternativas estratégicas de educação de pais e crianças, sobretudo por meio de difusão com médicos locais, equipes de saúde da família e agentes comunitários de saúde, encorajando ações informativas sobre prevenção.

Outro aspecto que não pode ser esquecido é a necessidade de regulação pública das plataformas digitais. O Brasil patina no tema. É previsível que nas eleições municipais deste ano sejam tomadas novas providências para conter abusos, assim como em 2022. Mas é pouco.

O país existe também fora dos períodos eleitorais. Por enquanto, a principal proposta na mesa para regulação de plataformas é o projeto de lei 2630/20, parado no Congresso Nacional.



# MORTE DE CRIANÇAS

**E**m 56 dias, correspondentes às primeiras oito semanas de 2024, a Covid-19 matou 48 crianças ou adolescentes de até 14 anos de idade no Brasil. Isso é resultado da baixa taxa vacinal.

Segundo monitoramento do programa Observa Infância, da Fiocruz, a cobertura vacinal na faixa etária entre três e quatro anos, até fevereiro deste ano, estava em 23% para duas doses e apenas 7% para o esquema vacinal completo com três doses. Na faixa de cinco a 14 anos, a cobertura sobe para 55,9% com duas doses, e 12,8% completando o esquema com três doses.

O mesmo estudo mostra que a taxa de mortalidade observada nos primeiros meses de 2024, embora alta, é inferior a anos anteriores, o que comprova a importância do imunizante.

Nas primeiras oito semanas de 2024, segundo a Fiocruz, foram registradas 48 mortes de pessoas até 14 anos por Covid. No mesmo período de 2022, foram 326 mortes nessa faixa etária causadas pela doença.

Há vacinas à disposição, garante o Ministério da Saúde. Não é a falta de abastecimento que tem contribuído para as mortes. As campanhas antivacinas certamente têm impacto nesses números.



Facesp

# SÃO PAULO NO ESCURO: UM APAGÃO ANUNCIADO

Novo apagão na cidade de São Paulo confirma incompetência da Enel na gestão de energia elétrica e coloca projeto de privatização estadual em xeque; futuro da Sabesp está ameaçado?

**Henrique Nunes**

**N**a última sexta-feira, 22, os bairros do centro da capital paulista completavam um ciclo de cinco dias consecutivos de interrupções no fornecimento de energia elétrica pela concessionária Enel. Desde a última segunda-feira, 18, os bairros mais afetados incluem Consolação, Bela Vista, Vila Buarque, Santa Cecília,

Higienópolis e Campos Elíseos.

O problema vem de longe. No dia 31 de janeiro deste ano, São Paulo ficou no escuro - era só o começo. Embora a justificativa oficial tenha sido os ventos de até 100 quilômetros por hora e a tempestade que atingiu todo o Estado naquela data, o tempo firme não mudou a situação.

Uma semana depois, parte das 2 milhões de pessoas atingidas ainda permanecia no escuro. O nome do problema era outro:

Grupo Enel, a empresa italiana que controla a distribuição de energia elétrica na maior cidade do país desde 2018, quando realizou a compra da Eletropaulo.

Menos de dois meses depois, em 18 de março, o novo apagão atinge capital. "Eu desisti de esperar a luz voltar e fui obrigado a me hospedar na casa de um amigo. Não é a primeira vez que isso acontece, mas agora passou de todos os limites", relatou o designer Marcos Xotoko, que mora no

bairro de Santa Cecília.

A indignação do designer é a mesma dos milhares de comerciantes da região, que contabilizam prejuízos incalculáveis e correm riscos de fechar as portas. “O comércio aqui da minha rua mal conseguiu vender durante esta semana inteira. Vi uma padaria jogando caixas e caixas de comida fora. Agora tem que saber quem vai pagar essa conta”, questiona Xotoko.

A depender da Enel, nenhuma indenização será paga. Mesmo sob a mira do Ministério Público a concessionária tem se recusado a assinar qualquer tipo de acordo para ressarcir as vítimas das constantes falhas operacionais da empresa. A maior parte delas causada pela morosidade em reparar danos na rede de distribuição de energia.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 2021 a fevereiro de 2024, o tempo de atendimento das ocorrências emergenciais passou de cerca de 9h para quase 16h - aumento de impressionantes 81%.

Não para por aí: mesmo sem luz, o cliente segue literalmente

pagando as contas pela incompetência da companhia. Ainda segundo a Aneel, de 2021 a 2023, o valor que a empresa teve que deduzir da fatura dos clientes - por falhas na prestação de serviço - saltou de R\$ 60,8 milhões para R\$ 105 milhões em 2023. Ou seja, o “chute” no valor da conta ficou 70% maior.

### Nem só em SP; nem só a Enel

Embora tenha apresentado dados que endossem a ineficácia da companhia italiana, a Aneel não tem feito trabalho de fiscalização à altura dos problemas ocorridos recentemente. É o que pensa Jorge Bittar, diretor de Formação da Fundação Perseu Abramo, engenheiro eletrônico e membro do Conselho de Administração da Telebras, empresa da qual já foi presidente. “Os apagões, infelizmente, não são exclusividade de São Paulo. Aqui no Rio de Janeiro, de onde falo, acontecem problemas semelhantes com a Light, uma das concessionárias de energia do Estado. O problema tem se ar-

rastado por anos sem que a Aneel tome medidas consistentes. A fiscalização ainda é bastante frágil”, aponta.

Para Bittar, as empresas têm totais condições de identificar problemas nas redes de energia e realizar reparos rapidamente. “Mesmo com alto faturamento, empresas como a Enel nunca realizaram investimentos reais na modernização das redes, dos serviços e na contratação de equipes capacitadas para atender uma cidade como São Paulo. Isso faz com que, a cada novo problema, a população tenha enormes prejuízos”.

A Aneel se defende e tem divulgado diversos balanços para tentar evitar que a pressão sobre ela aumente. Num deles, diz ter recebido mais de R\$ 1 bilhão em compensações das distribuidoras por falta de energia.

No caso da Enel, várias são as iniciativas para que a empresa tome providências imediatas. Na terça-feira, 19, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, encaminhou ofício à Agência determinando “célere e rígida apuração dos fatos, bem como responsabilização e punição rigorosa da concessionária”, que tem apresentado problemas constantes. A empresa também foi notificada pelo Procon-SP para que envie informações detalhadas sobre as interrupções no fornecimento de energia elétrica.

De acordo com a Constituição, o governo federal é o responsável pelo serviço de energia no país e repassa a operação para empresas privadas por meio de concessão. Todas elas prestam conta para a Aneel, que existe para garantir que o serviço seja entregue à população.

Alguns dos principais contratos de concessão do Brasil vencem em 2028 e poderão ser reavistados ou até anulados.



Jorge Bittar, diretor de Formação da FPA, engenheiro eletrônico, ex-presidente e hoje membro do Conselho de Administração da Telebras

# O FUTURO INCERTO DA SABESP

Com previsão para ser entregue à iniciativa privada ainda este ano, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) registrou aumento líquido de 12,9% nos lucros em 2023. Isso representa R\$ 3,5 bilhões e possibilidade de colocar em prática uma série de projeto para beneficiar a população. Com dinheiro de sobra em caixa, a empresa de água e saneamento poderia seguir sob a gerência estatal não fosse o projeto entreguista do governador Tarcísio de Freitas.

A decisão de entregar a Sabesp ao setor privado contraria também a própria opinião pública. Pesquisa feita pelo Datafolha ano passado mostra que 53% dos paulistas são contrários à privatização da companhia. Enquanto isso, 40% são a favor.

Contrária à privatização, a bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo apresentou diversas ações que caracterizam a venda como inconstitucional. O principal argumento do partido na ação é de que a proposta teria que tramitar em formato de

PEC, Proposta de Emenda Constitucional, e não de PL, Projeto de Lei, como foi feita.

Outro ponto apresentado foi a falta de estudos consistentes para justificar a privatização, além da falta de detalhamento das regras para impedir decisões unilaterais dos futuros acionistas. “O Estado de São Paulo fica com poder de veto apenas sobre questões alheias às decisões estratégicas da companhia na execução do serviço de saneamento”, detalha o documento apresentado pelo partido.

## O DIA EM QUE O CHILE SE REVOLTOU CONTRA A ENEL

Os apagões em São Paulo levaram, tanto no final de 2023 quanto no ocorrido em janeiro, centenas de pessoas às ruas em protesto com a morosidade para restabelecer a energia na cidade.

Avenidas foram fechadas e houve registros de diversos confrontos com a Polícia Militar. Mesmo com a revolta popular, a empresa se manteve inerte e sem oferecer qualquer tipo de prazo para resolver os problemas.

Os protestos contra a companhia italiana não são exclusividade dos brasileiros. Em 2019, no Chile, a sede da Enel foi incendiada após o anúncio de 15% no aumento da conta de luz.

“É URGENTE QUE A ANEEL REALIZE FISCALIZAÇÕES MAIS RIGOROSAS E COBRE DAS CONCESSIONÁRIAS AÇÕES RÁPIDAS E EFICAZES PARA EVITAR AS QUEDAS CONSTANTES DE ENERGIA EM TODO O PAÍS”

JORGE BITTAR

## 10,4 HORAS

Foi o tempo médio que o brasileiro ficou sem luz em 2023, segundo a Aneel

## 85%

Da energia do país vem de fontes renováveis. A maior parte produzida em usinas hidrelétricas.

O restante vem da geração de energia eólica, produzida pelo vento, e a solar.

## 1,3 BILHÃO

Foi o lucro líquido da Enel SP em 2023



# PROGRAMA COORDENADO PELO MINISTÉRIO DAS MULHERES ATUA NA PREVENÇÃO DO FEMINICÍDIO

“O Programa é uma nova forma de fazer política no ministério das mulheres. Como Ministério, nós precisamos fazer política pública. É para isso que nós existimos”, explicou a ministra das Mulheres Cida Gonçalves. “Devemos trabalhar para que não tenhamos tantas mulheres mortas nesse país porque são mortes evitáveis”

Fernanda Otero

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgou no começo do mês da mulher, que 2023 foi o ano com maior número de feminicídios desde que

esse crime foi tipificado no Brasil pela lei nº 13.104/2015. Foram 1.463 vítimas em todo o território nacional, uma taxa de 1,4 mulheres assassinadas a cada 100 mil habitantes.

Este número representa um

aumento de 1,6% em comparação ao ano de 2022, quando foram registradas 1.440 vítimas. Observa-se um crescimento quase contínuo desses casos desde 2016, que foi o primeiro ano em que a lei do feminicídio esteve

em plena vigência de janeiro a dezembro.

Para enfrentar este cenário, sob coordenação do Ministério das Mulheres, foi lançado pelo governo federal, na última semana em Brasília, o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, uma iniciativa que envolve a Casa Civil e mais nove ministérios: Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Educação (MEC), Saúde (MS), Justiça e Segurança Pública (MJSP), Povos Indígenas (MPI), Igualdade Racial (MIR), Desenvolvimento, Assistência Social e Combate à Fome (MDS), Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e Planejamento e Orçamento (MPO).

O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, que foi criado em 16 de agosto de 2023 pelo Decreto nº 11.640/2023, prevê a formação do Plano de Ação com a missão de combater todas as formas de discriminação, misoginia e violências de gênero contra as mulheres.

Com um orçamento de R\$ 2,5 bilhões ele cria ações que cruzam diferentes setores e que são pensadas a partir de uma perspectiva de gênero e suas interseccionalidades voltadas à prevenção da violência nas áreas da saúde, educação, cultura, justiça e segurança. A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, declarou que a plataforma instala “uma nova forma de fazer política no ministério das mulheres”, ressaltando que esse foi um pedido expresso do Presidente Lula.

São 73 ações divididas em dois eixos. O Eixo Estruturante é composto por prevenções primárias, secundárias e terciárias. Na prevenção primária, 22 ações se concentram em estratégias para evitar que a violência ocorra, como realização de oficinas, campanhas publicitárias, formação de mulheres líderes comu-

nitárias e qualificação de profissionais da Atenção Primária à Saúde.

A prevenção secundária possui 20 ações para intervir precocemente e de forma qualificada para prevenir a discriminação, a misoginia e a violência de gênero e promover a garantia de direitos. A atuação envolve as redes de serviços especializados e não especializados nas áreas de segurança pública, saúde, assistência social e justiça. Entre as ações estão a ampliação da rede de proteção com a destinação de imóveis da União e a reestruturação e qualificação do Ligue 180.

Na prevenção terciária, as quatro ações são planejadas para garantir os direitos e o acesso à justiça por meio de medidas de reparação, com tópicos que abordem os direitos humanos. As ações garantem acesso à saúde, educação, segurança, justiça, trabalho e moradia. Estão planejadas ações como a implementação do Decreto nº 11.430/2023, que estabelece percentual mínimo, em contratações públicas, de mão-de-obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica; e a instituição de política de reparação aos sobreviventes e familiares do feminicídio.

O Eixo Transversal, que conta com 26 ações, servirá de suporte para o desenvolvimento de ações de prevenção. O eixo é composto por Produção de Dados, como a Criação do Observatório Nacional da Violência Contra Educadores(as), e a Produção de Documentos, que inclui ações como a instituição do Plano Nacional de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação na Administração Pública Federal.

Um dos destaques do Plano é a capacitação de mulheres de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade, batizado de Asas Para o Futuro. Para a Secretária Execu-

tiva da Secretaria Geral da Presidência da República, Kelli Mafort, trata-se de uma contribuição fundamental para um olhar necessário da sociedade na perspectiva de ajudar na formação e capacitação destas mulheres jovens, especialmente para que elas possam se apropriar de áreas que são tidas como áreas masculinas. “A Secretaria Geral da Presidência abriga a Secretaria Nacional da Juventude que junto com o Ministério das Mulheres e outros ministérios ajudaram a conceber este programa que nós esperamos, possa trazer uma outra perspectiva pra vida dessas jovens” declarou a Secretária Kelli.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, que também participou da cerimônia, enfatizou que a pauta de gênero e raça passa por todas as ações. Anielle destacou que “a eliminação do feminicídio é uma das prioridades desse governo e deve ser urgência para toda a população. O Plano de Ação lançado é um passo importante na concretização deste compromisso”, disse.

O evento fez parte da agenda “Março de Luta”. Na ocasião, também foram instalados quatro fóruns nacionais para fortalecer o diálogo com as mulheres de todo o país: Fórum Nacional para a Elaboração de Políticas Públicas para as Mulheres do Movimento Hip-Hop; Fórum Nacional Permanente para Diálogo da Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas para as Mulheres Quilombolas; Fórum para Promoção de Estratégias e Fortalecimento de Políticas Públicas de Autonomia Econômica e Cuidados com Mulheres da Pesca, Aquicultura Artesanal e Marisqueiras; e Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas.

Fonte: Agência Brasil

# “O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O CONTATO COM O MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE ME ABRIRAM OS OLHOS PARA O PROCESSO CIVILIZATÓRIO DE GARANTIA DE DIREITOS QUE É O SUS”

Pedro Tourinho tem por vocação cuidar de pessoas e escolheu a medicina como meio para estar próximo a todos e todas. Na faculdade, identificou seu objetivo de vida: fortalecer o SUS. Ao estudar e trabalhar na rede pública, percebeu que era preciso mais para garantir o direito à saúde. Era necessário estar onde as decisões são tomadas e, por isso, a política era o local para a verdadeira transformação da sociedade. Em entrevista à Focus, fala sobre as experiências como vereador de Campinas e o futuro político da cidade.

**Fernanda Otero**

**U**m vocacionado com uma necessidade muito forte de mudança. Essa frase não define a personalidade do pré-candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores de Campinas, o médico sanitário Pedro Tourinho de Siqueira, conhecido como Pedro Tourinho: sobretudo, revela seu entusiasmo para concorrer mais uma vez à prefeitura de uma das 15 maiores cidades do Brasil.

Pedro Tourinho, 42, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Influenciado pela irmã mais velha, chegou a considerar a fotografia como carreira profissional, mas acabou optando pela medicina, onde poderia "trabalhar e atuar para transformar as coisas". Estudou medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na faculdade, conheceu Ellen Rodrigues, também médica sanitária. Concluíram que era necessário dedicar-se mais aos

estudos. Por essa razão, mudaram-se para Campinas, em busca de oportunidades de estudar diretamente com suas referências teóricas: Márcio Pochmann e Gastão Wagner de Sousa Campos, cujos trabalhos admiravam. Unidos há 17 anos, o casal se estabeleceu em Campinas, cidade onde vivem e criam seus três filhos.

Em 2012, aos 30 anos, elegeu-se vereador pelo PT, sendo reeleito em 2016 com expressiva





Reprodução

votação. Destacou-se pelo trabalho de fiscalização e denúncias de corrupção no Hospital Ouro Verde e em um contrato de publicidade municipal. Orgulha-se de ter defendido o projeto Mais Médicos, sua atuação foi fundamental para a formalização do convênio com a prefeitura.

Médico concursado na Prefeitura de Campinas e em Vinhedo, trabalha em postos de saúde na periferia e em bairros populares das cidades. Leciona como professor na disciplina de saúde da família na PUC-Campinas. Pedro Tourinho foi convocado pelo presidente Lula e, atualmente, preside a Fundacentro, Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho, uma instituição voltada para o estudo e pesquisa das condições dos ambientes de trabalho.

Com uma população estimada em mais de um milhão de habitantes, Campinas é a terceira maior cidade do estado e uma das mais influentes do país, especialmente na região Sudeste. Campinas destaca-se como um

centro de tecnologia e inovação, abrigando o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), várias universidades renomadas, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e inúmeros parques tecnológicos que atraem empresas de alta tecnologia, tornando-a um dos principais polos de pesquisa e desenvolvimento da América Latina.

Além disso, a cidade conta com robusta infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias que a conectam a importantes centros econômicos do país, além do Aeroporto Internacional de Viracopos, um dos mais movimentados do Brasil.

**- Podemos começar falando de suas origens na política e a influência de sua família em sua trajetória?**

- Nasci em Belo Horizonte, Minas Gerais, e cresci em uma família de classe média que, na realidade, não tinha uma vivência política ativa. Não sou praticante atualmente, mas fui criado na fé católica. Tenho uma irmã mais velha, que é fotógrafa, e um

irmão mais novo, que também é médico. A política, embora muito presente nos períodos eleitorais, não fazia parte do nosso cotidiano. Guardo uma lembrança carinhosa da primeira eleição da qual lembro ter acompanhado minha mãe. Ela pegou um santinho, e, como eu tinha acabado de aprender a ler, ri do nome do candidato em que ela iria votar: Patrus Ananias. Achava aquele nome muito curioso e engraçado; ele era candidato a vereador. Não esqueço que havia um desenho no santinho, e eu ainda era uma criança. Mas o fato é que cresci nesse contexto não particularmente político, e comecei a me envolver de verdade na vida política depois que me encontrei com o movimento estudantil na faculdade de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Eu escolhi a medicina porque queria ser Médico Sem Fronteiras. Já tinha uma inclinação para a ação social na medicina do trabalho. Contudo, na época, não imaginava que viria a descobrir minha grande paixão: o Sistema Único de Saúde. O movimento

estudantil e o contato com o movimento popular de saúde me abriram os olhos para o imenso processo civilizatório de garantia de direitos, participação e democracia institucional que é o SUS, que estava em construção e precisando de pessoas dispostas a se dedicar a esse projeto, que segue inconcluso até hoje. Foi na militância que conheci a Ellen quando estava na Bahia, ambos já trabalhando na rede. Nos encontramos trabalhando pelo SUS, construindo a Conferência Municipal de Saúde, atuando nas comunidades no movimento popular de saúde, sempre com um forte envolvimento comunitário. Esse encontro, que começou na política, transformou-se em amor, e já estamos juntos há 17 anos e temos três filhos. A experiência na Bahia foi extremamente importante para minha formação, ensinando-me muito sobre nossas contradições, limitações e avanços, além de o que significa, na prática, um governo do PT. Depois disso, minha companheira e eu decidimos que precisávamos estudar mais e viemos para Campinas, em busca de aprender com nossas referências teóricas. Eu queria estudar com Márcio Pochmann, Gastão Wagner e outras figuras da Unicamp que eu lia. E foi isso que fiz: vim para Campinas estudar. Me envolvi muito rapidamente com o movimento social aqui, uma coisa levou à outra, e daí pra frente, eu já estava engajado, mergulhado no movimento social na cidade de Campinas.

**- Quais caminhos te levaram da medicina à política? Você considera a política uma vocação?**

- Então, eu diria que tive duas grandes influências no início da minha trajetória: o movimento estudantil, onde na UFMG tínhamos uma proximidade significa-

tiva com o MST, participando do estágio interdisciplinar de vivência e tendo uma grande relação com o coletivo de trabalho e estudos em reforma agrária e saúde; e o movimento de saúde, cativante naquela época. Após me formar, optei por ser um médico popular, um educador social, e fui trabalhar em Camaçari, no litoral norte da Bahia, cidade que, na época, era governada pelo PT, sob a gestão de Luiz Caetano.

## O QUE MAIS ME ORGULHA NA MINHA TRAJETÓRIA É TER SIDO UM VEREADOR DEDICADO ÀS LUTAS E AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Acredito que também tenha sido vocacionado, talvez, essa vontade real, esse sentimento forte de uma necessidade de transformação, de uma necessidade de mudança, um componente que sempre me tocou profundamente. Então, acredito que foi mais por aí que as coisas aconteceram. Não tenho um referencial individual, uma pessoa específica que me marcou profundamente, mas acho que tive várias

figuras, professores, pessoas que sempre apresentaram uma visão progressista, um olhar social para a necessidade de transformação, marcado pelo encontro com a pobreza no Brasil nos anos 90. Desde muito novo, ainda adolescente, entendia que dedicar a vida a uma missão transformadora era não apenas valioso, mas indispensável. Isso me ajudava a encontrar um caminho para minha vida, um projeto, um rumo. Foi um quebra-cabeças de encontros que me inspiraram, sabe? Desde colegas, amigos, como o atual vereador Bruno Pedralva, em Belo Horizonte. Bruno foi coordenador geral do Diretório Acadêmico de Medicina junto comigo, crescemos juntos na compreensão da política. A atual deputada federal Ana Pimentel, do PT de Minas Gerais, também participou comigo no movimento estudantil, construímos uma trajetória conjunta. Alexandre Padilha foi uma figura de grande importância na formação da minha geração, entre várias outras figuras que contribuíram para construir esse quebra-cabeças. De Campinas, teve a médica Idê Lima, que foi uma médica popular, muito querida, que faleceu recentemente, infelizmente, mas é uma figura que é uma referência para Campinas toda. Professores como Emerson Merri e Gastão Wagner, foram somando para criar um senso de comprometimento com a militância, com a vida de luta, de transformação.

**- Quais os destaques da sua passagem pela Câmara Municipal de Campinas?**

- Fui vereador por dois mandatos, eleito em 2012, aos 30 anos, totalizando oito anos de mandato. Após este período, candidatei-me a prefeito na última eleição. Naquela eleição, o PT avançou para o segundo turno, competindo acirradamente

com a direita. Durante o ano em que Marcio Pochmann disputou o segundo turno, perdemos a eleição por uma margem estreita, e eu decidi ser o porta-voz do projeto alternativo para a cidade que quase vencemos, assumindo uma posição de vereador de oposição por oito anos. Enfrentei muitas dificuldades, sobretudo porque o período de 2013 a 2020 foi bastante turbulento para a política nacional, especialmente para o PT. O que mais me orgulha, no entanto, foi ter sido um vereador profundamente dedicado às lutas sociais, aos movimentos sociais e populares da cidade, sempre presente nas discussões por moradia, educação e saúde. Atuei intensamente como fiscal da administração pública da cidade, sendo autor de denúncias significativas, como a do desvio de recursos no hospital Ouro Verde.

Também me orgulho de ter contribuído para a chegada do programa Mais Médicos a Campinas. A administração municipal inicialmente resistia em aderir ao programa por preconceitos contra os médicos cubanos. Descobri que havia mais de 60 médicos disponíveis no Ministério da Saúde que não estavam sendo convocados. Minha denúncia e insistência na mídia forçaram a administração a integrar Campinas ao programa. Fui ainda pioneiro na agenda nacional de humanização do parto e do nascimento, sendo o primeiro a propor um projeto de lei neste sentido no Brasil, o qual foi adotado depois por mais de 50 cidades brasileiras. Atuei fortemente junto ao movimento de moradia, participando das lutas por direito à permanência e regularização de ocupações e comunidades ameaçadas de despejo. No entanto, como sempre fui um vereador de oposição, meus projetos enfrentavam dificuldades para

serem aprovados pela base governista. Assim, todas essas iniciativas foram conquistadas com muito esforço e luta. Durante esses oito anos, posso dizer que fui a principal voz de oposição na cidade, liderando a proposta de um projeto alternativo para Campinas e promovendo o debate de divergências na Câmara Municipal, o que movimentou bastante a cidade a partir da minha posição de vereador.

## O PERÍODO EM QUE CAMPINAS MAIS AVANÇOU EM TERMOS DE FOI COM OS GOVERNOS DE LULA E DILMA NA PRESIDÊNCIA

**- Na última eleição, em 2020, você chegou perto do segundo turno ao concorrer como candidato a prefeito. Atualmente, seu nome aparece em segundo lugar na pesquisa espontânea. Quais alianças você tem tentado para sua pré-candidatura e como está planejando lidar com a visibilidade de Campinas e sua importância na região metropolitana?**

- Primeiramente, Campinas se destaca como centro de uma região metropolitana com 3 milhões e 300 mil habitantes, classificada entre as dez regiões metropolitanas mais ricas do Brasil, contribuindo com 20% da produção científica nacional. É um polo industrial, educacional e uma verdadeira potência urbana. Economicamente e em termos populacionais, é maior do que outras importantes capitais brasileiras. Portanto, é uma cidade de grande relevância, tanto em São Paulo quanto em todo o Brasil. Nesse sentido, Campinas envolve discussões tanto locais quanto de abrangência nacional, sendo como outras grandes metrópoles brasileiras. Estamos buscando uma coalizão abrangente. Nós entendemos que, assim como aconteceu na disputa para o governo federal, é imprescindível construir uma frente ampla para derrotar a administração que está aqui hoje, uma administração que, a cada oportunidade, tem optado por se aproximar do Bolsonaro, do bolsonarismo. Além de conservadora, do partido Republicanos, essa gestão liderada pelo governador Tarcísio tem sido muito prejudicial, especialmente para os serviços e direitos da população carente e das camadas mais populares de Campinas. Nossos esforços estão voltados para dialogar com todos os partidos que compartilham do ideal de mudança. Mantemos diálogo com o PSOL, que foi nosso parceiro na última eleição, além de termos vereadores em Campinas. Também estamos em negociação com o PDT, que já tem uma aliança com PCdoB e PV, o Avante e outros partidos em potencial. Nossa expectativa é consolidar essas alianças.

Quanto ao governo federal, sua importância para nós é dupla. Primeiramente, o período em que Campinas mais avançou

em termos de infraestrutura para os setores populares foi sob uma administração alinhada com o governo do presidente Lula e da presidente Dilma na década de 2000. Hospitais, rodoviária, melhorias em aeroporto, creches, postos de saúde, foram algumas das realizações desse período, deixando uma memória positiva na população sobre a eficácia de uma administração alinhada ao PT. Em segundo lugar, representa uma fonte de poder e articulação importantes, ampliando nossa influência e possibilitando um diálogo político mais efetivo. O presidente Lula é muito querido em Campinas, e sua presença na cidade sempre foi recebida com grande festividade pela população, demonstrando a disposição do povo campineiro por uma mudança positiva na cidade.

**- Como tem sido a experiência à frente da Fundacentro?**

- Atualmente, eu presido a Fundacentro, a Fundação Jorge Duparte Figueiredo, que é a entidade que cuida de fazer pesquisa, formação, difusão e inovação na área de saúde do trabalhador, segurança do trabalho, no Brasil todo. É uma entidade de distribuição nacional, nós temos 13 unidades pelo Brasil e tem sido uma experiência muito importante, muito desafiadora, que é a de tentar contribuir para a reconstrução de uma entidade que foi duramente atacada e sucateada no último governo, assim como tentar fortalecer uma agenda de política pública, que é a agenda de proteção ao mundo do trabalho. Esse desafio está sendo extremamente rico, tem sido uma experiência muito importante para mim, essa experiência do Poder Executivo, além de ser uma grande oportunidade de fortalecer também o campo da ciência e tecnologia no Brasil. A Fundacentro é uma ICT, uma instituição

científico-tecnológica, e essa vivência, sem dúvida alguma, está me trazendo muitos aprendizados que eu vou usar em todos os lugares para onde eu for.

**- Você afirmou, em relação às eleições em Campinas, que a “a história não se repete”. Como posicionar experiências passadas em um novo projeto de cidade? Sobre a chapa, você considerou a escolha de uma mulher**

## JÁ TIVEMOS MOMENTOS DE SUCESSO COM ADMINISTRAÇÕES PETISTAS EM CAMPINAS, COMO AS DE JACÓ BITTAR, TONINHO E IZALENE TIENE

**para concorrer à vice?**

- Em relação à escolha da vice, ainda estamos discutindo intensamente com os partidos aliados que compõem nossa coalizão. Sim, nós temos a preferência para que seja uma mulher, nós queremos que seja uma mulher que possa trazer elementos distintos, diferentes, ampliar o escopo da nossa da nossa chapa, mas isso está realmente em discussão ainda, isso é uma discussão

que ainda não está amadurecida ou concluída. Sobre o passado, acredito que aprendemos com nossas experiências passadas. O povo brasileiro, incluindo o de Campinas, teve a oportunidade de se arrepender muito amargamente, porque foi um período desastroso para o Brasil, desastroso para a vida na cidade. Vivemos um período desastroso, marcado por divisões, violência e descaso com as necessidades da população. Foram anos de ataques ao Brasil. De divisão, violência, e principalmente de indiferença com as necessidades do povo, então a vida do povo piorou demais, a comida ficou cara e ninguém estava nem aí, o presidente estava nem aí, o povo morrendo de Covid, e o cidadão vendendo falsos remédios, promovendo charlatanismo, negando vacina. Tudo isso se soma para o entendimento de que o aprendizado histórico nos ajuda a não repetir erros do passado. Acredito que a história não se repete porque os tempos mudaram, e o Brasil está em um cenário muito melhor, distinto da gestão anterior. Por outro lado, há aspectos positivos que podemos buscar repetir. Já tivemos momentos de sucesso com administrações petistas em Campinas, como as prefeituras de Jacó Bittar, Toninho e Izalene Tiene, o que nos mostra a possibilidade de um novo ciclo de transformação e inclusão. O Partido dos Trabalhadores traz uma agenda de mudanças significativas alinhada com a recuperação da dignidade do povo brasileiro, dando indícios de um novo capítulo de vitórias e sucesso, considerando a fadiga do atual grupo político que há 12 anos se mantém no poder em Campinas. Estamos em busca de fazer história novamente, sendo essa a nossa expectativa para o futuro.

# JUSTIÇA DE SP PROÍBE MICHELLE DE RECEBER TÍTULO NO THEATRO MUNICIPAL

Michelle Bolsonaro iria receber o título de cidadã paulistana na última segunda-feira (25)

**A** Justiça de São Paulo emitiu uma liminar proibindo Michelle Bolsonaro de receber o título de cidadã paulistana no Theatro Municipal, sob pena de multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento. A ação foi movida pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) e sua secretária parlamentar Amanda Marques Paschoal.

"Por todo o exposto, defiro o efeito suspensivo, para suspender os efeitos dos atos do Poder Executivo Municipal que autorizem a realização da sessão solene de entrega do título honorífico de cidadã paulistana à homenageada, Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, no Theatro Municipal de São Paulo, sob pena de aplicação de multa", diz o relatório final da ação.

Além disso, a decisão menciona que o Ministério Público se manifestou contrário ao uso do espaço público para esse fim. A cerimônia de entrega do título de cidadã paulistana a Michelle estava programada para a última segunda-feira (25). Tradicionalmente, eventos desse tipo acontecem na própria Câmara Municipal. Tentar não seguir o protocolo para engrandecer a homenagem não deu certo.

No total, três parlamentares



Isaac Nóbrega/PR Geral

do PSOL protocolaram um pedido de investigação em relação ao uso indevido de espaço público em homenagem à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. O requerimento foi submetido ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e ao Ministério Público Eleitoral (MPE) em 13 de março deste ano.

## Vai-não-vai: não vai

Na última quarta-feira (20), o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) negou o pedido de barrar a homenagem à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. A equipe da deputada Erika Hilton recorreu da decisão e o TJ voltou atrás novamente, determinan-

do o cumprimento imediato da liminar de sexta, que determina o impedimento do uso do Theatro Municipal da capital para a cerimônia em homenagem a Michelle Bolsonaro. Em caso de descumprimento, a pena segue a determinada inicialmente, no valor de R\$ 50 mil.

Apesar da decisão judicial de sexta-feira, o vereador manteve a organização do evento. O desembargador Martin Vargas afirmou que o uso do teatro para essa honraria política viola os princípios da Administração Pública, da impessoalidade e da moralidade. A multa por descumprimento é de R\$ 50 mil. A câmara municipal planeja recorrer da decisão.



# MPDF DENUNCIA JAIR RENAN, FILHO DE BOLSONARO, POR LAVAGEM DE DINHEIRO

De acordo com as investigações, Jair Renan teria forjado resultados financeiros de sua empresa para obter empréstimo que não foi pago

Agência Brasil

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) apresentou denúncia contra Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, pelos crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e uso de documento falso, no âmbito da Operação Nexus, da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

De acordo com as investiga-

ções, Jair Renan teria forjado resultados financeiros de sua empresa Bolsonaro Jr. Eventos e Mídia para obter empréstimo junto ao banco Santander, que não foi pago. A denúncia criminal no caso está sob sigilo. A instituição financeira também moveu um processo para a cobrança da dívida e obteve uma decisão favorável para o pagamento de R\$ 360 mil.

A apresentação de denúncia foi revelada pelo jornal O Globo e confirmada pela Agência Bra-

sil. A acusação aponta que o faturamento da empresa de Renan foi inflado a R\$ 4 milhões. Procurado, o MPDFT informou que apresentou manifestação no processo e que aguarda decisão judicial. Caso a denúncia seja aceita, tem início uma ação penal.

Em fevereiro, a PCDF apresentou relatório final da investigação, na qual indiciou Jair Renan e seu instrutor de tiro, Maciel Alves, agora também denunciado. O indiciamento foi pelos mesmos crimes. Em agosto do ano passa-

do, a polícia cumpriu mandados de busca e apreensão contra os dois.

O advogado Admar Gonzaga, que representa Jair Renan no caso, criticou o vazamento da denúncia para a imprensa. "Esses vazamentos têm causado o chamado *strepitus fori*, muito prejudicial à defesa, ao devido processo, à presunção de inocência e, assim, à imagem de quem tem o direito de se defender".

A expressão jurídica *strepitus fori* diz respeito ao constrangimento causado pelo próprio processo, cuja mera existência já provoca efeitos negativos ao investigado. "A sociedade perde o status de legalidade e humanidade com essa situação. Precisamos evoluir", acrescentou Gonzaga.

De acordo com a PCDF, ao final da investigação, cujos detalhes estão sob sigilo, tanto Jair Renan quanto Maciel Alves foram formalmente acusados pelos crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de dinheiro. O relatório final da investigação foi encaminhado ao Poder Judiciário no dia 8 de fevereiro, informou a corporação. Agora, cabe ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) analisar o caso e decidir se oferece denúncia contra ambos para que se instaure um processo penal na Justiça.

Ainda no ano passado, foi realizada uma operação policial de busca e apreensão contra os acusados. O inquérito apontava, de acordo com os investigadores, "para a existência de uma associação criminosa cuja estratégia para obter indevida vantagem econômica passa pela inserção de um terceiro, 'testa de ferro' ou 'laranja', para se ocultar o verdadeiro proprietário das empresas de fachada ou empresas 'fantas-



**JAIR RENAN BOLSONARO** é um dos alvos da Operação Nexum da Polícia Civil do DF, que investiga lavagem de dinheiro

mas', utilizadas pelo alvo principal e seus comparsas". A Operação Nexum foi conduzida pelo Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Decor) da Polícia Civil do DF.

## A operação

O objetivo da operação é reprimir a prática de crimes contra a fé pública e associação criminosa, além de crimes cometidos em prejuízo do erário do Distrito Federal.

De acordo com a PCDF, materiais apreendidos em outras operações abriram caminho para uma nova investigação, que revelou um esquema de fraudes com crimes de estelionato, falsificação de documentos, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, com o objetivo final de blindar o

patrimônio dos envolvidos.

"A investigação apontou para a existência de uma associação criminosa cuja estratégia para obter indevida vantagem econômica passa pela inserção de um terceiro, 'testa de ferro' ou 'laranja', para se ocultar o verdadeiro proprietário das empresas de fachada ou empresas 'fantasmas', utilizadas pelo alvo principal e seus comparsas."

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), irmão de Jair Renan Bolsonaro, comentou a operação deflagrada pela PCDF: "Investigadores procurando pelo em ovo, ou seja, mesmo sem ter nada. Independentemente do sobrenome. Tomara que isso vire praxe agora. Ao que parece, é mais perseguição desenfreada em cima de Bolsonaro e de todo o seu entorno."

# FPA REALIZA CICLO DE DEBATES SOBRE OS 60 ANOS DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR

Para não esquecer e jamais permitir que se repita, a Fundação Perseu Abramo deu início a um ciclo de debates públicos sobre os 60 anos do golpe empresarial-militar de 1964.

Intitulado “Ditaduras na América Latina”, o primeiro encontro do ciclo foi realizado no dia 27 de março na sede do PT do Rio de Janeiro. Com a presença de Francisco Teixeira e Maria Paula Araújo, professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadores do tema. A mesa foi mediada pelo historiador e professor da UFABC Valter Pomar, também diretor da Fundação Perseu Abramo.

Durante o encontro, foi exibido, em primeira mão, um documentário do lendário cineasta Silvio Tendler, “Memória e Exílio”. Homenageado em dezembro do ano passado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, durante a 13ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos, Tendler havia exibido na ocasião apenas um trecho do filme.

Uma das organizadoras do encontro no Rio, a diretora Elen Coutinho, diretora da FPA e responsável pelo Centro de História e Documentação Sérgio Buarque de Holanda, afirma que o ciclo de debates faz parte da resistência popular a todos os autoritarismos, velhos ou novos.

“O ciclo busca contribuir com as discussões sobre o golpe militar no Brasil e o cenário internacional naquele período, abor-



Divulgação

dando os prejuízos políticos, econômicos e sociais causados pela ditadura, bem como a luta e conquista da democracia”, diz ela.

“Promover este espaço é importante para debatermos o golpe, o militarismo, os processos de transição e as fundamentais lutas políticas e populares con-

tra o autoritarismo. Lembrar para não esquecer, para honrar a memória de todas e todos que lutaram pelo fim da ditadura, e para que nunca se repita em nosso país”, completa Elen.

O ciclo promovido pela FPA será composto por outros quatro debates, em diferentes regiões do país.





# PRIMEIRO ANO DE GOVERNO TEM MENOR TAXA DE DESEMPREGO E AUMENTO DE REPASSES A ESTADOS E MUNICÍPIOS

Em reunião ministerial com o presidente Lula, ministro da Casa Civil apresenta um balanço de resultados alcançados em 2023, com crescimento de índices em áreas como saúde e educação

**A** primeira reunião ministerial de 2024, realizada nesta segunda-feira, 18 de março, no Palácio do Planalto, contou com uma apresentação dos resultados do primeiro ano da atual gestão federal. O encontro foi comandado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e teve a presença dos titulares ou representantes de todos os ministérios e líderes do governo.

Entre os destaques de 2023 apresentados pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, estão o aumento do repasse aos estados e municípios, o alcance da menor taxa de desemprego no país desde 2015 e o maior crescimento da massa salarial desde 1995.

A ampliação do repasse aos estados e municípios pelo Fundo Nacional de Saúde foi de 20%, saindo dos R\$ 60,39 bilhões em 2022 para R\$ 72,36 bilhões em 2023. Já pelo Fundo Nacional de

Segurança Pública, a elevação dos repasses para os estados foi de 19%, saindo de R\$ 986,4 milhões para R\$ 1,17 bilhão.

“O aumento do repasse de recursos é a expressão do que é cuidar de gente, cuidar das pessoas. São recursos que são executados pelos municípios e pelos estados, significa que são recursos que diretamente chegam na ponta. Isso expressa também a retomada do respeito ao Pacto Federativo, o respeito ao municí-

pio, ao estado, independente de quem é prefeito ou governador”, destacou o ministro.

Além de ser a menor taxa de desemprego desde 2015, o índice de 2023, que foi de 7,8%, registrou queda de 19% em relação ao ano de 2022. O Governo Federal quer reduzir ainda mais o desemprego no país. “Nós vamos trabalhar para que, em janeiro do ano que vem, nós possamos ter uma outra coluna expressando queda no mesmo ritmo que nós fizemos”, afirmou Costa. Já a redução de 20% do IPCA, que ficou em 4,62%, evidenciou a inflação em queda e dentro da meta.

## PROGRAMAS

Outro destaque foi a retomada do programa Bolsa Família, que atingiu o maior valor médio pago às famílias, de R\$ 680,60, e o maior número de pessoas beneficiadas no país, com total de 55,7 milhões. “O programa de transferência de renda, que tinha sido modificado para unipessoal, volta ao conceito de cuidar das famílias brasileiras, das que mais precisam”, apontou.

Dentro da política de reforço e de apoio aos municípios, o Programa Mais Médicos atingiu o maior número de profissionais: 25.421, o que representa um aumento de 85% em relação a 2022. “Na criação (do programa), nós tínhamos muitos médicos de outros países, mas nessa versão dos Mais Médicos, nós tivemos a felicidade de ver quase a totalidade de médicos brasileiros, e uma surpresa positiva é que, na maioria das regiões, os médicos eram das próprias regiões”, ressaltou o ministro.

Também houve a ampliação da gratuidade do Farmácia Popular. A média mensal de pessoas beneficiadas pelo programa em

Reprodução



2023 foi de 9,3 milhões – alta de 13% em relação ao ano anterior.

### QUADRO em tópicos

Confira outros resultados de 2023 apresentados:

## EDUCAÇÃO

- Reajuste no valor da merenda escolar: R\$ 5.296,4 milhões, crescimento de 48%
- Valor pago de fomento às escolas em tempo integral: R\$ 1.916,85 milhões, maior que a soma de todo o período de 2017 a 2022
- Valor pago para alfabetização: R\$ 294,81 milhões, crescimento de 32%

## CIDADES, CAMPO E MEIO AMBIENTE

- Redução do desmatamento na Amazônia: queda de 22%
- Valor das contratações do Plano Safra: R\$ 344,6 bilhões; crescimento de 11%
- Recorde nas exportações do agronegócio: US\$ 166,5 bilhões;

crescimento de 5%

- Recomposição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): R\$ 1.030,2 milhões crescimento de 79%
- Retomada do investimento em acesso à água em áreas rurais: R\$ 439 milhões, 19 vezes maior
- Ampliação da liberação de recursos para Luz para Todos: R\$ 1.270,7 milhões, aumento de 26%

## ECONOMIA

- Aumento de 61% do saldo da balança comercial, que ficou em US\$ 98,9 bilhões – o maior de toda a série
- Investimento recorde de R\$ 10 bilhões na Ciência e Tecnologia, crescimento de 79% em comparação com 2022
- Ampliação de projetos financiados pelo Fundo de Ciência e Tecnologia: 670, mais projetos em 2023 do que na soma de 2019 a 2022

Com informações do Planalto



## COM APOIO DO MINC, SALVADOR RECEBERÁ PRIMEIRO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL DAS REGIÕES NORTE-NORDESTE

Ministra Margareth Menezes participou de cerimônia de assinatura de protocolo de intenções celebrado entre governos Federal, da Bahia e Banco do Brasil

**E**m Salvador (BA), a ministra da Cultura, Margareth Menezes, assinou, nesta sexta-feira (22), protocolo de intenções junto ao governo do Estado da Bahia e ao Banco do Brasil para a instalação do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) Salvador-Bahia. O complexo cultural será instalado no Palácio da Aclamação, centro da capital baiana.

Patrimônio Cultural do esta-

do, o Palácio que abrigou a cerimônia e, no futuro, receberá o CCBB, por 55 anos, foi residência oficial dos governadores do estado, palco de inúmeros acontecimentos históricos e de importantes decisões políticas.

Para a ministra, esse é um momento especial, não só para a Bahia, mas para o Brasil. "Nós estamos trabalhando desde a retomada do Ministério da Cultura com essa visão de nacionalizar a oportunidade do fomento, dos

equipamentos culturais. E esses equipamentos são um brinde, tanto pela beleza desse prédio, quanto pela beleza do que vem aí com esse Centro Cultural do Banco do Brasil. Estou muito feliz como ministra, mas também como artista, como baiana e como brasileira. Isso vem ao encontro das políticas que estamos fazendo no governo do presidente Lula, de dar essa oportunidade para todos".

A chefe da Cultura comple-

Reprodução

tou: “Nós não estamos descentralizando, nós estamos nacionalizando, vendo o Brasil como um só. E é com essa direção de pensamento que nós estamos trabalhando o fomento da cultura no Brasil”, pontuou ao lembrar que o BB foi um dos primeiros parceiros do MinC.

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, explicou que a área onde o Palácio está localizado será um grande complexo. “Nós estamos dando o pontapé inicial. Aqui, nós teremos um complexo, entregaremos um novo Teatro Castro Alves. Aqui, chegará um metrô até o Campo Grande e junto com esse CCBB nós teremos aqui um complexo de cultura muito forte. Nós trabalharemos para revitalizar o centro histórico, chegando ao Campo Grande, Avenida 7, Carlos Gomes”.

A presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, destacou que é cada vez mais evidente que a diversidade é a maior catalisadora da criatividade e papel do MinC para o setor. “O setor criativo é e tem um grande potencial para a geração de empregos e o fomento à economia. Estamos vivenciando a retomada da valorização da cultura, com a relevância que ela merece, por meio da recriação do MinC, com a formulação de políticas públicas de forma democrática e participativa, bem como pela destinação de investimentos crescentes para os fazedores de cultura do nosso país”.

Para a presidente do Banco, “a Bahia sempre precisará estar em nossos imaginários coletivos como brasileiros, para sermos um país mais inclusivo e plural”. “São essas razões que fizeram o BB estreitar ainda mais o seu vínculo com o estado. Quero destacar que o surgimento deste espaço cultural transcende a parceria entre o banco e a Bahia. Trata-se



de um ato de coragem, de revisão histórica e uma demonstração concreta do Banco do Brasil de contribuir para descentralizar os investimentos em cultura, que, sabemos, são concentrados em outras regiões do país. É a nacionalização da cultura”, disse.

Trata-se do quinto aparelho cultural do Banco do Brasil, que possui centros no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. O CCBB Salvador-Bahía fortalecerá um circuito cultural da região central de Salvador, marcada pela presença de museus, galerias, teatros, cinemas e outros equipamentos culturais. Do Pelourinho, passando pela avenida Carlos Gomes, à Avenida Contorno, Barris, Campo Grande, Canela, Corredor da Vitória e Graça.

## Histórico

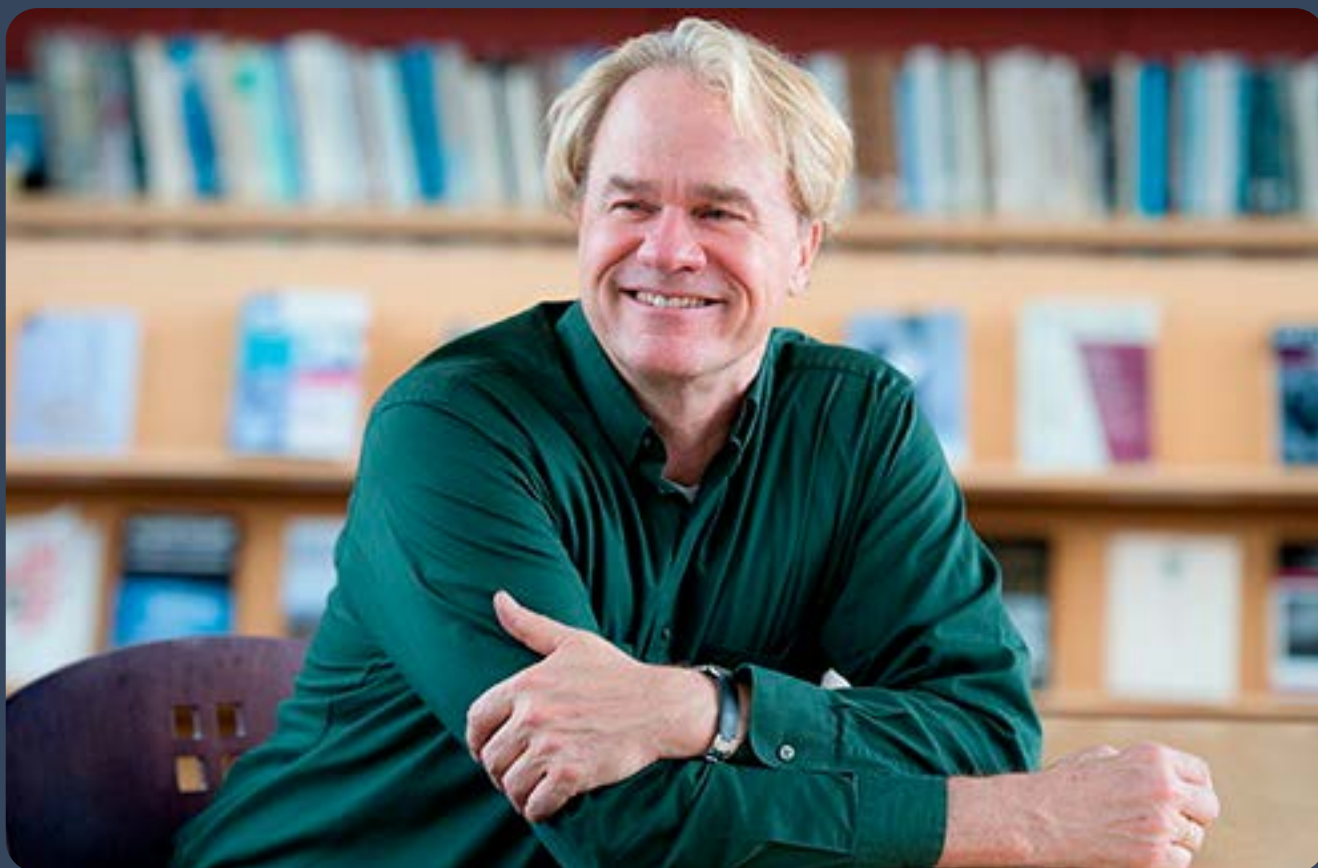
O movimento de expansão dos CCBBs e da pauta cultural pelo BB deu um passo no último edital de Patrocínios Centro Cultural Banco do Brasil 2023/2025, que estabeleceu um eixo curatorial pautado em projetos que sejam inclusivos, reafirmem as nossas origens e ancestralidade, narrativas regionais e o pensamento decolonial. O intuito era garantir que houvesse projetos que contemplassem todas as re-

giões do país. Foram selecionados 137 projetos entre os mais de 6 mil inscritos. A atuação conjunta com o Ministério da Cultura potencializou a descentralização geográfica da origem dos projetos selecionados. As regiões Norte e Nordeste têm grande percentual de projetos selecionados, o que garante maior diversidade e inclusão de todas as manifestações artísticas do país.

Os projetos começaram a rodar pelos quatro centros culturais do BB - no Rio, em Brasília, São Paulo e BH - a partir do segundo semestre de 2023, garantindo uma programação diversificada e inclusiva. Em 2023, o Banco do Brasil investiu mais de R\$ 50 milhões na programação cultural dos CCBBs, sendo R\$ 14,7 milhões via Lei de Incentivo à Cultura. No período, os CCBBs foram palcos de 251 iniciativas culturais, com mais de 3,7 milhões de visitantes, número 20% maior que o do ano anterior.

## CCBB

Os CCBBs são centros de excelência que figuram entre os espaços culturais mais visitados do mundo e têm como diferenciais a diversidade e ineditismo de programações, que contribuem para democratizar o acesso à cultura e geração de empregos.



## JAMES GREEN ANALISA ELEIÇÕES NOS EUA

A partir desta edição, o professor, historiador e escritor **James Green** analisa em Internacional, para a revista Focus, as eleições estadunidenses. James Naylor Green é professor de História Moderna da América Latina e diretor da Iniciativa Brasil na Brown University, nos Estados Unidos. Autor de estudos sobre a homossexualidade masculina no Brasil, como *Além do Carnaval* (Ed. Unesp), seu mais recente lançamento, pela mesma editora, é *Escritos de um viado vermelho*, com estudos sobre o movimento LGBTQIA+ e o período da ditadura militar brasileira



# QUEM VAI GANHAR AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO EUA EM NOVEMBRO?

James Green

A primeira coisa que todas as pessoas me perguntam quando chego ao país vindo dos Estados Unidos é: “Será que Trump vencerá as eleições presidenciais de 2024?” Minha resposta cautelosa é sempre: “Ninguém sabe realmente, mas acho que ainda há uma chance de Biden vencer em novembro”.

Mesmo que a média das pesquisas mostrem que Trump está vários pontos à frente de Biden nos principais estados que determinarão as eleições no antiquado “colégio eleitoral”, muitas águas vão rolar ainda na disputa entre Trump e Biden.

É verdade que a popularidade de Biden é extremamen-

te baixa para um presidente em exercício. A inflação persistente, o aumento do custo da habitação e as campanhas midiáticas que a extrema direita lançou contra Biden mantem a sua taxa de aprovação em torno dos entre 35 e 38 por cento. Apesar de os Republicanos controlarem a Câmara dos Representantes, ao longo dos últimos três anos, os Democratas aprovaram legislação mais progressista para resolver problemas socioeconômicos do que em qualquer outra presidência desde Franklin Roosevelt na década de 1930.

Ainda assim, muitos eleitores “independentes” parecem divididos sobre qual candidato escolher, e uma pequena percentagem de votos em sete estados-chaves - Arizona, Carolina do Norte, Geórgia, Nevada, Mi-

chigan, Pensilvânia e Wisconsin - poderá determinar quem será o próximo presidente do país.

Apesar de a campanha de Biden ter arrecadado quase o dobro da quantidade de dinheiro que Trump tem para chegar ao eleitorado, ele tem muitos desafios a superar.

O primeiro se trata da sua idade e habilidades mentais. Apesar de Trump ser apenas quatro anos mais novo que Biden, muitos eleitores parecem ter acreditado neste discurso porque Biden por vezes hesita nos seus discursos e esquece nomes, embora que Trump o faça mais do que o atual presidente. Muitas pessoas não percebem que Biden gagueja desde menino e, em seus esforços para falar normalmente, às vezes faz uma pausa para escolher uma palavra diferente para

não demonstrar esse defeito de fala.

O segundo desafio tem a ver com a guerra israelita contra o Hamas em Gaza, à medida que centenas de milhares de jovens se mobilizaram contra a guerra e o apoio de Biden a Israel, apesar de uma divisão cada vez maior entre a Casa Branca e o governo de extrema-direita liderado por Netanyahu. Uma vez que o voto não é obrigatório, existe o risco de milhões de jovens ficarem de fora das eleições, prejudicando um bloco eleitoral fundamental para os Democratas. Além disso, a presença significativa de palestinos-americanos e de outros árabes e muçulmanos no importante estado do Michigan pode significar que Biden perde esse estado.

Uma terceira ameaça é a possibilidade de candidatos de terceiros partidos à presidência poderem desviar uma ou duas porcentagens dos votos em estados-chave. Existem potenciais candidatos alternativos da "terceira via" que podem tirar votos de Biden: Cornell West, um intelectual negro; o/a candidato/a do Partido Verde a ser determinado em julho; e Robert Kennedy Jr.

No entanto, o desafio destes candidatos "alternativos" é conseguir que os seus nomes apareçam nas cédulas eleitorais estaduais, uma vez que as eleições são descentralizadas e dirigidas pelos estados. Tanto West quanto Kennedy Jr. podem não ter os recursos financeiros ou a organização para colocar seus nomes nas urnas em novembro, enquanto o Partido Verde provavelmente estará representado em todos os 30 estados, somente quatro serão fundamentais—Arizona, Michigan, North Carolina e Wisconsin. Kennedy, sobrinho do presidente Kennedy e filho de Robert Kennedy, que foi assassinado em

1968, está atraindo algum apoio por causa de seu sobrenome e de suas ideias antivacinação, mas é igualmente provável que mais republicanos e independentes descontentes votem para ele do que aqueles que podem inclinar-se para os democratas.

Finalmente, há o problema da supressão eleitoral, que tem sido uma das estratégias dos republicanos para dificultar o voto, especialmente negros e jovens, alterando as leis estaduais sobre o registo e o voto pelo correio. Além disso, os republicanos já preveem que, se Trump não vencer, será por causa de fraude eleitoral. A campanha de Trump já está a organizar dezenas de milhares de pessoas treinadas para questionar as práticas eleitorais e intimidar os eleitores, e Trump prometeu um "banho de sangue" caso perca as eleições, prevendo outra invasão do Capitólio em 6 de janeiro.

Trump também tem muitos desafios pela frente. Embora pareça que apenas um ou possivelmente dois dos seus quatro processos criminais serão julgados este ano, as suas contas legais são imensas. O candidato que insistiu em 2016 que era tão rico que não precisava do dinheiro de outras pessoas para conduzir a sua campanha, usou os processos civis e criminais contra Trump como uma oportunidade de angariação de fundos para pagar os seus honorários advocatícios na ordem das centenas de milhões de dólares, o que drenou dinheiro do Partido Republicano que poderia ser usado na eleição de outros republicanos para o Congresso. Trump tem controlo total sobre o Partido Republicano, tendo acabado de nomear a sua nora para co-presidir a organização nacional. Lara Trump prometeu usar o dinheiro do Partido para pagar os honorários advocatícios de Trump, embora

outros tenham negado que isso vá acontecer.

Além disso, quase US\$ 500 milhões, que ele teve que depositar nos tribunais de Nova York para apelar do caso de difamação contra a mulher que ele estuprou e o caso de fraude imobiliária e fiscal, colocaram uma pressão tremenda sobre Trump, já que parece que ele realmente não tem a riqueza que ele afirma possuir.

Se ele for condenado no caso de fraude eleitoral em Nova York, será a primeira vez que um ex-presidente será considerado criminalmente culpado. No ano passado, quando estas acusações foram feitas contra ele, ele usou as suas alegações de perseguição política para angariar milhões, mas parece que menos pessoas lhe estão a enviar dinheiro.

Finalmente, as posições políticas de Trump e dos republicanos em questões importantes podem fazer-lhes perder o apoio dos eleitores "independentes" e mobilizar as pessoas para votarem em Biden e nos democratas. Entre eles está a oposição às proibições em 2022 do Supremo Tribunal ao aborto, que mobilizou milhões de pessoas em diferentes estados, incluindo os conservadores, para anular as proibições ao aborto ou aprovar leis que garantam o direito. Em vários estados importantes, as pessoas votarão sobre a garantia do aborto na constituição estadual, que provavelmente ajudará a campanha de Biden.

Embora existam outras questões, como a imigração, que terão um papel importante nas eleições, é melhor deixá-las para outro momento, à medida que o processo eleitoral se desenrola nos Estados Unidos.

James N. Green é professor da história do Brasil na Brown University e presidente do Washington Brazil Office.

# JORNALISTAS E COMUNICADORES DE PORTUGAL PROMOVEM GREVE GERAL

Pelo menos 36 veículos de imprensa do país aderiram à paralisação e outros 12 atuam parcialmente, diz sindicato

**Fernanda Otero**

**A** maior paralisação em 40 anos em defesa dos direitos dos trabalhadores em comunicação. Foi assim que a direção do Sindicato dos Jornalistas de Portugal descreveu a greve geral da categoria que aconteceu no dia 14 de março, a segunda greve geral da história da categoria. A primeira greve geral aconteceu em 1982.

Composta por onze itens principais, a pauta de lutas exige reposição salarial da inflação de 2022, pagamento de insalubridade, horas extras, salário justo, entre outros pontos. “Não é aceitável demitir aqueles com décadas de experiência editorial porque ganham um pouco mais do que a média. Não é aceitável que fotojornalistas paguem por seus próprios equipamentos. Não é aceitável condenar repórteres e editores de imagem a atuarem como autônomos eternamente e sem garantias. Não é aceitável que estagiários recebam 150 euros por mês. Não é aceitável que freelancers recebam 20 euros por artigo. Não é aceitável que metade dos municípios do país não tenham um jornal local”, diz a nota do Sindicato dos Jornalistas portugueses.

Aproximadamente 60 redações do país além de freelancers

cruzaram os braços. Durante as 24 horas de paralisação, jornais deixaram de ser impressos, portais não foram atualizados e rádios não transmitiram. Tanto veículos da comunicação pública quanto de redes privadas somaram forças em defesa do jornalismo.

Houve manifestação em pelo menos três importantes cidades: Coimbra, Lisboa, a capital, e Porto. Entre os principais veículos de comunicação nacionais, muitos tiveram uma adesão significativa à greve geral, causando restrições importantes no fluxo de notícias. Correspondentes internacionais em Madrid, Paris e Rio de Janeiro também aderiram ao movimento.

A greve geral começou a ser organizada em janeiro após ser votada e aprovada por unanimidade em assembleia. A categoria se mantém mobilizada desde o ano passado, impulsionada por sucessivos cortes e abusos promovidos pela holding Global Media Group, GMG, uma gigante da comunicação portuguesa. Entre as empresas que fazem parte do grupo encontram-se marcas de referência como a Rádio TSF, jornais centenários como o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias, o jornal esportivo O Jogo e o econômico Dinheiro Vivo.

Em dezembro do ano passado, a GMG anunciou um plano de reestruturação que previa a

demissão de aproximadamente 200 funcionários. Os salários, que estavam atrasados desde outubro, foram pagos em janeiro e a holding impôs aos trabalhadores pagamento parcelado do bônus de Natal a ser efetuado durante 2024. No dia 10 de janeiro, os funcionários da holding realizaram uma paralisação de 24 horas. O Sindicato convocou todos os jornalistas para prestarem solidariedade aos colegas da GMG com a finalidade de alertar políticos e sociedade civil sobre a situação do setor.

A jornalista Sara Gerivaz, do Jornal de Notícias, em entrevista ao podcast P24, do Público, declarou que ao menos outros três dias de ação já haviam ocorrido nos últimos meses e que elas só aconteceram graças a solidariedade dos colegas que acompanham o que vem acontecendo no JN. “Sem jornalismo não há democracia. Isso parece um chavão, mas é uma realidade”, declarou.

Por meio de nota enviada à redação da Focus, o Sindicato informou que ainda não há posicionamento oficial do governo em resposta à greve. Comunicou ainda que Portugal está na fase de formação de governo e que possíveis desdobramentos aguardam a posse do novo primeiro-ministro, o direitista Luís Montenegro.



23 de março de 1966

## MDB É CRIADO PARA SER FRÁGIL OPOSIÇÃO

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é fundado como partido de oposição após a edição do Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos políticos no país e estabeleceu o bipartidarismo. Nasceu como uma legenda moderada, de oposição consentida pela ditadura. O MDB recebeu principalmente políticos do PTB que não haviam sido cassados e figuras do antigo PSD que participaram dos governos de Getúlio Vargas e João Goulart. Entre eles, estavam o ex-primeiro-ministro Tancredo Neves e o ex-ministro Ulysses Guimarães – que havia apoiado o golpe, mas decepcionou-se depois com o regime militar.

Também se filiaram ao partido políticos da democracia-cristã, como o deputado Franco Montoro, da ala esquerda da igreja católica e integrantes do clandestino PCB. O primeiro presidente do partido foi o senador Oscar Passos, do PTB, general reformado e ex-governador do Acre.

O MDB iria se transformar no início da década de 1970 na mais importante força política de resistência à ditadura, depois de uma longa temporada de derrotas nas eleições, provocadas por mudanças na legislação eleitoral, inclusive por atos institucionais, que favoreceriam a Arena, o partido de apoio à ditadura.



24 de março de 2005

## APROVADA A LEI DE BIOSSEGURANÇA

Após intensas mobilizações, tanto contrárias quanto favoráveis ao projeto, o governo sanciona a Lei nº 11.105/2005 (“Lei de Biossegurança”), que institui normas e mecanismos de fiscalização sobre atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (OGMs) e regula temas polêmicos, como a pesquisa com células-tronco embrionárias.

Setores ligados à igreja católica e às neopentecostais exerceram forte resistência, sob o argumento de que estudos envolvendo embriões atentariam contra o direito à vida. A lei, no entanto, autoriza o uso apenas de embriões que já seriam descartados.

A aprovação da Lei de Biossegurança foi uma vitória da comunidade científica e uma esperança para portadores de limitações motoras e doenças degenerativas, uma vez que as células-tronco

embrionárias têm maior capacidade de reproduzir qualquer tecido corporal.

Por outro lado, a utilização de transgênicos provocou acirrados embates entre ambientalistas e ruralistas. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, chegou a afirmar que o produto geneticamente modificado seria “ambientalmente melhor”. Já a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, divulgou nota afirmando que o projeto “impede cuidados com o uso de novas tecnologias e cria potenciais riscos ambientais”.

Diversos grupos e entidades de defesa do meio ambiente apontaram também para os efeitos do consumo, a médio e longo prazo.

Em 2011, o Brasil se tornaria o segundo colocado entre os maiores produtores mundiais de transgênicos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br) [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)*



25 de março de 2009

## CASA PRÓPRIA VOLTA À AGENDA NACIONAL

O governo federal lança o programa Minha Casa Minha Vida, com foco na construção de moradias populares subsidiadas pelo Estado. A meta para 2010 é contratar a construção de 1 milhão de moradias. Essa política resulta do diálogo entre governo, empresariado e entidades representativas da luta pela moradia.

No cenário econômico global da época, a necessidade de ativar o mercado se alia à necessidade de reduzir o déficit habitacional da população de baixa renda, estimado em 5,99 milhões de domicílios em 2009. O Minha Casa Minha vida, inte-

grante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), viria a dinamizar a economia e gerar empregos.

O financiamento de imóveis a juros baixos permitiria a famílias com renda de até três salários mínimos pagar parcelas reduzidas e, ao mesmo tempo, garantiria a rentabilidade do empreendimento, realizado por construtoras privadas. Poderiam participar do programa famílias com rendas de zero a dez salários mínimos.

Até o final de 2010, o governo contrataria 1,3 milhão de habitações, superando a meta inicial. Seriam entregues 247 mil casas

no período.

Em 2010 seria anunciada a segunda etapa do programa, prevendo a contratação de 2 milhões de moradias até 2014. Este objetivo seria novamente superado: no final desse ano, estariam contratados 3,4 milhões de casas e apartamentos em todo o país, 1,7 milhão dos quais já entregues, beneficiando cerca de 6,8 milhões de brasileiros em 5.288 municípios.

Até aquele ano, o Minha Casa Minha Vida geraria 1,3 milhão de empregos e estimularia a abertura de 80 mil novas empresas da cadeia produtiva da construção civil.



**CICLO DE DEBATES**

# DITADURA NUNCA MAIS!

**27.03 | 18H30**

1º DEBATE: **Ditaduras na América Latina**

**TRANSMISSÃO 19H30 EM:  /FundacaoPerseuAbramo**

**PARTICIPANTES:**

**MEDIAÇÃO:**



**Francisco Teixeira**  
(UFRJ)



**Maria Paula Araújo**  
(UFRJ)



**Valter Pomar**

**ESTREIA/LANÇAMENTO  
DO DOCUMENTÁRIO**  
**Memória e Exílio**



**DIREÇÃO**  
**Silvio Tendler**

 **SEDE DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PT - RIO DE JANEIRO**  
Rua Sete de Setembro, 164 - Centro, Rio de Janeiro - RJ